



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601002-78.2022.6.00.0000 (PJe) - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA

ADVOGADO: ROBERTA NAYARA PEREIRA ALEXANDRE - OAB/DF59906

ADVOGADO: MATHEUS HENRIQUE DOMINGUES LIMA - OAB/DF70190

ADVOGADO: FERNANDA BERNARDELLI MARQUES - OAB/PR105327

ADVOGADO: GUILHERME QUEIROZ GONCALVES - OAB/DF37961

ADVOGADO: EDUARDA PORTELLA QUEVEDO - OAB/SP464676

ADVOGADO: VICTOR LUGAN RIZZON CHEN - OAB/SP448673

ADVOGADO: MARIA DE LOURDES LOPES - OAB/SP77513

ADVOGADO: VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS - OAB/SP153720

ADVOGADO: MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA - OAB/DF48704

ADVOGADO: MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES - OAB/DF57469

ADVOGADO: MARCELO WINCH SCHMIDT - OAB/DF53599

ADVOGADO: ANGELO LONGO FERRARO - OAB/SP261268-S

ADVOGADO: EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO - OAB/DF4935

ADVOGADO: GEAN CARLOS FERREIRA DE MOURA AGUIAR - OAB/DF61174-A

REPRESENTADO: JAIR MESSIAS BOLSONARO

ADVOGADO: EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO - OAB/DF17115-A

ADVOGADO: MARINA ALMEIDA MORAIS - OAB/GO46407-A

ADVOGADO: TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO - OAB/DF11498-A

ADVOGADO: MARINA FURLAN RIBEIRO BARBOSA NETTO - OAB/DF70829-A

ADVOGADO: ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO - OAB/DF40989-A

REPRESENTADO: WALTER SOUZA BRAGA NETTO

ADVOGADO: MARINA FURLAN RIBEIRO BARBOSA NETTO - OAB/DF70829-A

ADVOGADO: ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO - OAB/DF40989-A

ADVOGADO: MARINA ALMEIDA MORAIS - OAB/GO46407-A

ADVOGADO: EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO - OAB/DF17115-A

ADVOGADO: TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO - OAB/DF11498-A

REPRESENTADO: ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURAO

ADVOGADO: RENATA DAVILA ESMERALDINO - OAB/RS81556

REPRESENTADA: KESIA NASCIMENTO FERREIRA

REPRESENTADO: SILAS LIMA MALAFAIA

ADVOGADO: MARIANA CARRAVETTA CUSTODIO DOS SANTOS - OAB/RJ237924

ADVOGADO: CESAR ARANGO LOBATO - OAB/RJ187518

ADVOGADO: JONATHAN BORDONE PAES PROENCA - OAB/RJ203309

ADVOGADO: ERIKA VIEIRA FERNANDES TROINA - OAB/RJ197976

ADVOGADO: CARLOS FERNANDO DO VALLE L FILHO - OAB/RJ145620

ADVOGADO: GERSON TYSZLER - OAB/RJ103924

ADVOGADO: BARBARA VERONICA RANGEL AVILA ROSA - OAB/RJ157139

ADVOGADO: JORGE VACITE NETO - OAB/RJ063592

REPRESENTADO: LUCIANO HANG

ADVOGADO: JOAO PEDRO SPOLTI FREIRE VALDUGA - OAB/RS122629

ADVOGADO: PAULA HELENA ALMEIDA DE MORAES CARVALHO - OAB/SC46263

ADVOGADO: PALOMA CAROLINE DE SA BASSANI - OAB/SC56752

ADVOGADO: LEONARDO MATOS DE LIZ RIBEIRO - OAB/SC45252

ADVOGADO: FRANCIELLE SOARES YAMASAKI - OAB/PR70677

ADVOGADO: GIOVANA MASSARO - OAB/PR88580

ADVOGADO: ANTONIO MOISES FRARE ASSIS - OAB/PR75295

ADVOGADO: ALEX PACHECO - OAB/PR92094

ADVOGADO: LETICIA MASIERO - OAB/PR86364

ADVOGADO: CECILIA PIMENTEL MONTEIRO - OAB/PR91942

ADVOGADO: FRANCO RANGEL DE ABREU E SILVA - OAB/PR60371

ADVOGADO: VICTOR SANGIULIANO SANTOS LEAL - OAB/PR69684

ADVOGADO: MURILO VARASQUIM - OAB/PR41918

REPRESENTADO: JULIO AUGUSTO GOMES NUNES

ADVOGADO: ANA FLAVIA LOBO OLIVEIRA DE FARIA - OAB/GO22659

ADVOGADO: RUSLEY PEREIRA DOS SANTOS - OAB/GO17852-A

REPRESENTADO: ANTONIO GALVAN

ADVOGADO: PATRICIA NAVES MAFRA - OAB/MT21447-A

ADVOGADO: LENINE POVOAS DE ABREU - OAB/MT17120-A

REPRESENTADO: JOAO ANTONIO FRANCIOSI

ADVOGADO: RAPHAEL CARNEIRO ARNAUD NETO - OAB/DF72470

ADVOGADO: ABEL BATISTA DE SANTANA FILHO - OAB/DF59828-A

ADVOGADO: RAPHAEL CARVALHO DA SILVA - OAB/DF68822-A

REPRESENTADO: VANDERLEI SECCO

ADVOGADO: ANA FLAVIA LOBO OLIVEIRA DE FARIA - OAB/GO22659

ADVOGADO: RUSLEY PEREIRA DOS SANTOS - OAB/GO17852-A

REPRESENTADO: RENATO RIBEIRO DOS SANTOS

ADVOGADO: CLAUDIO CIRIACO CIRINO - OAB/GO19573

REPRESENTADO: VICTOR CEZAR PRIORI

ADVOGADO: RAIANE ANDRESSA TONIAZZO - OAB/GO39404

ADVOGADO: LUCAS PRADO DE MORAIS - OAB/GO39433

ADVOGADO: CAMILA RUSCITTI - OAB/GO63196

ADVOGADO: BRUNO PALHARINI - OAB/GO50712

ADVOGADO: ARMANDO CHAVES DE MORAIS - OAB/GO4915

REPRESENTADO: JACO ISIDORO ROTTA

ADVOGADO: MAYRA FERNANDES DE PAIVA CARVALHO - OAB/GO40735

ADVOGADO: TAYANNE DA SILVA CASTRO - OAB/GO49253

REPRESENTADO: LUIZ WALKER

ADVOGADO: EDER DUARTE CARDOSO - OAB/BA35073

ADVOGADO: IGOR RABELO REGIS - OAB/BA32708

ADVOGADO: JANSER DUARTE CARDOSO - OAB/BA20727

REPRESENTADO: MARCOS KOURY BARRETO

REPRESENTADO: GILSON LARI TRENNEPOHL

ADVOGADO: FRANCIS DA SILVA HARTMANN - OAB/RS64526
ADVOGADO: RODRIGO VAN RIEL DRUM - OAB/RS98483
REPRESENTADO: ANDRÉ DE SOUSA COSTA
REPRESENTADO: FABIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Por meio da petição ID 159360925, a Coligação Brasil da Esperança apresenta desistência da ação em relação a Késia Nascimento Ferreira, tendo em vista a impossibilidade de se localizar a investigada, mesmo após sucessivas tentativas de citação.

De início, cumpre consignar que o polo passivo desta AIJE é composto, atualmente, por Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Neto, candidatos respectivamente a Presidente e Vice-Presidente da República nas Eleições 2022, e por 16 pessoas apontadas como corresponsáveis pelas práticas reputadas abusivas. À exceção de Kesia Ferreira, todas as demais pessoas foram citadas. Dentre estas, apenas Marcos Koury Barreto não apresentou defesa.

Segundo a legislação processual, é lícito ao autor, enquanto não tiver sido apresentada contestação pelo réu, desistir livremente da ação. Trata-se de ato potestativo cujos efeitos serão produzidos após a decisão homologatória, por meio da qual se extingue o processo sem resolução do mérito. É o que se extrai dos arts. 200, parágrafo único, e 485, VIII e § 4º, do Código de Processo Civil:

Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.

Parágrafo único. **A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial.**

[...]

Art. 485. O juiz **não resolverá o mérito quando:**

[...]

VIII - **homologar a desistência da ação;**

§ 4º Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

[...]

(sem destaques no original)

Quando houver pluralidade de réus e não for o caso de litisconsórcio necessário ou unitário, a desistência poderá ser manifestada apenas em relação a alguns deles. Nessa hipótese, caberá ao juízo examinar se estão presentes os requisitos para homologação e, em caso positivo, proferir decisão interlocutória de extinção parcial do processo sem resolução do mérito. A ação prosseguirá quanto aos demais.

No caso dos autos, a autora manifestou o desinteresse no prosseguimento do feito apenas em relação à investigada Késia Nascimento Ferreira, ainda não citada.

Tendo em vista a pluralidade de investigados, o prazo para contestação somente se iniciaria formalmente da data da juntada do aviso de recebimento ou do mandado de citação relativos à citação do último litisconsorte (art. 231, I, II e §1º, CPC). Não obstante, a atuação voluntária da maioria dos investigados permitiu que fossem adotadas providências preliminares, enquanto se buscava a citação de Késia Ferreira.

Na espécie, diante da desistência da ação em relação à referida investigada, cumpre, após a devida homologação, declarar concluída a fase citatória, assegurando-se a Marcos Koury Barreto o prazo de contestação. Esse investigado, a despeito de regulamente citado (ID 158163962), não constituiu patrona ou patrono nos autos, o que não o escusa de acompanhar o processo. Desse modo, o prazo para contestação fluirá da data da publicação desta decisão (art. 346, CPC).

De outra ponta, há questões pendentes e requerimentos a serem examinados desde logo.

1. Requerimento de aplicação do art. 96-B da Lei nº 9.504/1997 (formulado pelo primeiro e pelo segundo investigados)

Na petição ID 158058595, os candidatos investigados requereram a aplicação do art. 96-B da Lei nº 9.504/97, a fim de que o presente feito seja reunido, para "unificação da produção probatória e estabelecimento de um rito único a ser observado", com as AIJEs nº 0600984-57 e 0600972-43 e com as RepEsps nº 0600984-57 e 0600991-49. No que diz respeito às duas últimas ações, afirmam que teria havido "errônea" distribuição, à época, a outros Ministros.

O caput do dispositivo invocado pelos investigados diz respeito, especificamente, à concentração de ações sobre o mesmo fato **em uma mesma relatoria**, a fim de que possam ser submetidas a julgamento comum. Confira-se:

Art. 96-B. Serão **reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira.**

[...]

(Sem destaques no original)

Mesmo nesses casos, a jurisprudência do TSE já havia firmado entendimento no sentido de que a reunião de feitos não é obrigatória, e, desde que respeitados os “valores da harmonia entre os julgados e da economia processual”, deve ceder a uma análise circunstanciada acerca da oportunidade e conveniência, a ser realizada pelo magistrado (AIJE 1779-05, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 11/03/2021).

Recentemente, o Pleno do STF, em controle concentrado de constitucionalidade, assentou que a reunião de processos “no caso concreto sempre que a celeridade, a duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF), o bom andamento da marcha processual, o contraditório, a ampla defesa (art. 5º, LV, da CF), a organicidade dos julgamentos e o relevante interesse público envolvido recomendarem a manutenção da separação”. (ADI nº 5507, Rel. Min. Dias Toffoli, DJE de 03/10/2022).

Deflui dessas decisões que a concentração, em uma mesma relatoria, de ações em que se discuta fatos comuns, é uma técnica a serviço da racionalidade processual.

Atualmente, tramitam sob minha Relatoria quatro ações que têm como núcleo comum da causa de pedir o alegado desvio de finalidade das comemorações do Bicentenário da Independência, em 07/09/2022. São elas: AIJE nº 0600986-27, AIJE nº 0600972-43, AIJE nº 0601002-78 e RepEsp nº 0600984-57.

As ações de investigação judicial eleitoral, **feitos de competência absoluta da Corregedoria**, tramitam sob a mesma relatoria desde que propostas.

A RepEsp nº 0600984-57 consiste em representação especial por suposta prática de condutas vedadas previstas no art. 73, I e III da Lei 9.504/97. Distribuída inicialmente ao Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, o Relator suscitou à Presidência a conveniência de que fosse remetida à Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, o que foi determinado.

A RepEsp nº 0600991-49, mencionada pelos investigados, segue sob relatoria da Min. Cármen Lúcia, tendo em vista que a magistrada não entendeu necessário efetivar a remessa à Corregedoria-Geral.

Cumprido dizer que não houve, no caso, qualquer “distribuição errônea”. As representações especiais, embora submetidas ao procedimento do art. 22 da Lei nº 9.504/97, são originariamente distribuídas a magistradas e magistrados designados para a atuação auxiliar nas eleições gerais, no âmbito dos tribunais (art. 96, § 2º, Lei nº 9.504/1997 e art. 2º, II, Res.-TSE nº 23.608/2019). Estando correta a distribuição originariamente feita, não é o caso de, nesta AIJE, proferir decisão avocando os autos, reservando-se à Relatora daquela representação o exame de eventual requerimento de aplicação do art. 96-B da Lei nº 9.504/97.

Superada a questão da competência funcional, o requerimento pode ser examinado **sob a ótica da instrução conjunta**. Não há, quanto a esse ponto,

qualquer norma que indique a obrigatoriedade de trâmite unificado, mesmo porque a reunião de ações não as convola em um procedimento único.

O que cabe ao Relator, responsável pela gestão processual, é avaliar a conveniência da prática de atos comuns, nas situações em que essa providência se mostre benéfica à instrução. Com efeito, está há muito superada a burocrática providência de "apensamento" de autos que, em tempos analógicos, por vezes mais tumultuava que auxiliava a tramitação processual.

Esse aspecto importa, sobretudo, em matéria probatória, a fim de que se forme um acervo harmônico e coeso em todos os feitos semelhantes. Por outro lado, considerando-se que as ações foram propostas por autores distintos, que em uma delas há maior número de réus (AIJE nº 0601002-78), e que a representação especial contempla causa de pedir e sanção própria, não é conveniente que essas particularidades engessem o procedimento do conjunto de ações ou limitem a argumentação das partes.

Desse modo, esclareço que as providências unificadas, que poderão inclusive abranger a produção antecipada de provas e o compartilhamento destas, serão avaliadas a seu tempo, em decisões guiadas pela celeridade e pela garantia do contraditório, a convergirem para a racionalização do trâmite processual.

Por fim, **sob a ótica do julgamento conjunto**, deve-se também salientar que cabe ao Relator avaliar se será conveniente aguardar o encerramento da instrução em todos os feitos para decidi-los no mesmo momento. A principal diretriz que se extrai do art. 96-B da Lei nº 9.504/97 é a **necessidade da prolação de decisões coerentes sobre os mesmos fatos, que comanda a adoção de cautelas para evitar decisões contraditórias.**

Essa diretriz não deve ser precipitadamente compreendida como uma exigência de decisão única, simultânea, com dispositivo idêntico para todas as demandas. Isso porque o julgamento necessariamente deve considerar **as particularidades de cada ação**, no que diz respeito à causa de pedir jurídica, às imputações, às sanções em tese cabíveis – aspectos que, inclusive, repercutem sobre a prova exigida para eventual condenação – o que pode levar a tempos de maturação diversos.

Assenta-se, assim, quanto às quatro ações suprarreferidas, que:

- a) os feitos já se encontram **submetidos à mesma relatoria**, à exceção da RepEsp nº 0600991-49, devendo eventual pedido de redistribuição desse processo ser submetido à sua Relatoria;
- b) no **curso da instrução**, será pontualmente avaliada a conveniência da adoção de providências comuns, como a produção de prova unificada ou seu compartilhamento, sem prejuízo à atuação autônoma das partes em cada feito e ao exame individualizado de pontos que digam respeito a alguma ação específica; e
- c) a **possibilidade de julgamento conjunto** será oportunamente avaliada, sendo que:

c.1) caso determinada, não prejudicará a solução de questões relacionadas às particularidades de cada caso; e

c.2) mesmo não sendo determinada, conserva-se a diretriz de coerência interdecisória, como comando de solução uniforme nas situações em que idênticos pontos controvertidos venham a ser resolvidos à luz de provas idênticas (julgamento *secundum eventum probationis*).

2. Preliminares de ausência de formação de litisconsórcio passivo (suscitadas pelos candidatos investigados)

Em sua contestação conjunta (ID 158085265), Jair Messias Bolsonaro e Walter de Souza Braga Netto suscitaram **preliminarmente** a **exigência de formação de litisconsórcio passivo necessário**:

a) **com a União**, ao argumento de que seu patrimônio jurídico foi afetado pela decisão de retirada de conteúdo produzido e publicado pela TV Brasil, canal vinculado à empresa pública EBC; e

b) **com os responsáveis por movimentos cívicos** “se organizaram para comparecer à Esplanada dos Ministérios”, além do “Movimento Brasil Verde e Amarelo”, a saber: “Brasil Unido pelo Presidente”, “Manifestação em Defesa da Liberdade e Eleições Transparentes”, “Ato Público com oração pelo Brasil”, “Manifestação em Defesa da Democracia e Liberdade” e “Ato Público 7 de Setembro 2022”.

A autora já teve oportunidade de se manifestar sobre essas preliminares, opondo-se ao acolhimento de ambas. No que diz respeito à segunda, destacou que foram incluídos representantes do Movimento Brasil Verde e Amarelo no polo passivo, o que “não ocorre por terem meramente ‘comparecido’ à celebração do Bicentenário da Independência, mas porque atuaram diretamente para corroborar com a deturpação daquele ato institucional em um ato de campanha eleitoral pró-Bolsonaro” (ID 158418401).

O debate é comum às outras demandas conexas em trâmite nesta Corregedoria e, por isso, é pertinente que seja desde logo enfrentada também neste feito.

2.1 Inexistência de litisconsórcio passivo necessário com a União

Esta preliminar é suscitada ao argumento de que a ordem de remoção de conteúdo gravado e veiculado pela TV Brasil, ligada à Empresa Brasileira de Comunicação, afetou o patrimônio jurídico da União Federal, sendo necessária que integre o feito para manifestar-se sobre a “supressão de uma fala como a do Investigado, Presidente da República, proferida no espaço público”, considerado o “inequívoco interesse público (pelo fato histórico) que deverá ser resguardado”.

De plano, registro que alegação idêntica, formulada na AIJE 0600814-85 – em que se suspendeu veiculação da reunião com Chefes de Missões Diplomáticas convocada pelo então Presidente da República para disseminar desinformação contra o sistema eleitoral – foi rejeitada em decisão que, na sessão de 13/09/2022, foi referendada por unanimidade pelo TSE.

Com efeito, embora o tema do litisconsórcio seja frequentemente revisitado por esta Corte, existem pontos há muito pacificados sobre a formação do polo passivo na ação de investigação judicial eleitoral e que impõem a rejeição da preliminar ora em análise.

Em primeiro lugar, para ser parte no processo, para ser parte, é preciso ostentar interesse e legitimidade (art. 17, CPC), requisitos que, analisados sob a ótica da teoria da asserção, indicam que o polo passivo da AIJE se compõe pelos candidatos beneficiários e pelos responsáveis pela prática abusiva. São esses sujeitos que, por serem passíveis de sofrer sanções de cassação e/ou inelegibilidade, ostentam o interesse jurídico para contrapor-se à imputação de ilícitos eleitorais.

A definição do interesse processual, na verdade, precede à discussão sobre a natureza de eventual litisconsórcio a ser formado. Isso porque o litisconsórcio passivo nada mais é que a reunião de pessoas na posição de réus, o que implica em primeiramente concluir que qualquer dessas pessoas pode, por si, ser demandada no feito.

Em segundo lugar, não é por haver litisconsórcio que este será, inexoravelmente, necessário. Essa modalidade, disciplinada no art. 114 do CPC, somente ocorre por disposição expressa em lei ou, então, por força da relação jurídica controvertida, e tem impacto sobre a eficácia da decisão, verbis:

Art. 114. O litisconsórcio será necessário **por disposição de lei** ou quando, **pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.**

(sem destaques no original)

Para compreender o dispositivo legal acima transcrito, é preciso lembrar que, no processo civil, a estrutura da ação tende a reproduzir relações jurídicas também de natureza civil. Nesse sentido, a eficácia de uma decisão, em casos como dissolução contratual, usucapião ou ação imobiliária envolvendo bem comum do casal, exige a presença de todas as partes das relações jurídicas **materiais** (e, em maior ou menor grau, **patrimoniais**) que se tornam objeto da lide.

Há pouca aderência desse conceito, em seu rigor, às ações eleitorais sancionadoras, uma vez que os bens jurídicos tutelados pelo Direito Eleitoral, de natureza difusa, são imateriais e não possuem caráter patrimonial. Observa-se, por esse motivo, que o litisconsórcio necessário, nesta Especializada, recebeu contornos próprios, por vezes aproximado ao litisconsórcio unitário, modalidade na qual a presença dos corréus é exigida para a **validade da ação**.

É apenas sob essa ótica que se pode cogitar da discussão em torno da “incindibilidade da relação jurídica”, que se traduz na absoluta impossibilidade de fracionamento de determinado efeito da decisão. É o que se verifica no caso de cassação de componentes de uma chapa majoritária que é apontada como beneficiária de ilícitos eleitorais. A hipótese motivou a edição da Súmula 38/TSE, que enuncia: “**Nas ações que visem à cassação de registro, diploma ou mandato, há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o respectivo vice da chapa majoritária.**”

A chapa majoritária é, com efeito, uma das raras ocorrências, no Direito Eleitoral, de relação incindível. Tanto assim que, ao discutir fraude à cota de gênero, o TSE diferenciou os efeitos da invalidação da lista proporcional para titulares e suplentes e, por concluir que estes possuíam apenas expectativa de direito, afastou a preliminar de não formação de litisconsórcio passivo necessário em AIME e AIJE sobre o tema. Eis a ementa do acórdão em que fixada a tese, da lavra do Min. Luís Roberto Barroso, em feito no qual ficou vencido o Relator, Min. Jorge Mussi (RespE 685-65, DJE de 31/08/2020):

DIREITO ELEITORAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. VEREADORES. FRAUDE. COTA DE GÊNERO. SUPLENTES. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. PROVIMENTO.

1. Agravo interno contra decisão que negou seguimento a recurso especial eleitoral interposto para impugnar acórdão do TRE/MT que extinguiu o feito por decadência do direito de ação.
2. O acórdão regional amparou-se na tese de que o polo passivo deveria ter sido integrado por todos os candidatos vinculados ao Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários (DRAP), em litisconsórcio necessário.

PREMISSAS DO JULGAMENTO

3. O plenário do Tribunal Superior Eleitoral não havia, até o momento, enfrentado a tese de que suplentes seriam litisconsortes passivos necessários em ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) ou ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) que tem por objeto a fraude à cota de gênero prevista no art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/1997.

4. Evidenciada a fraude, todas as candidaturas vinculadas ao DRAP são atingidas pela invalidação deste. Isso não significa, contudo, que todos os candidatos registrados devam compor o polo passivo da AIJE ou AIME como litisconsortes passivos necessários.

TESE MAJORITÁRIA DA CORRENTE VENCEDORA

5. Os suplentes não suportam efeito idêntico ao dos eleitos em decorrência da invalidação do DRAP, uma vez que são detentores de mera expectativa de direito, e não titulares de cargos eletivos. Enquanto os eleitos sofrem, diretamente, a cassação de seus diplomas ou mandatos, os não eleitos são apenas indiretamente atingidos, perdendo

a posição de suplência. Não há obrigatoriedade de que pessoas apenas reflexamente atingidas pela decisão integrem o feito. Os suplentes são, portanto, litisconsortes meramente facultativos. Embora possam participar do processo, sua inclusão no polo passivo **não é pressuposto necessário para a viabilidade da ação.**

[...]

(sem destaques no original)

O julgado tornou-se precedente para diversos outros feitos, que reconhecem que, **mesmo quando presente o interesse processual para integrar o polo passivo da ação eleitoral, não haverá litisconsórcio necessário quando a decisão produzir efeitos distintos para as partes.** Nesse sentido, cito: RespE 495-85, Rel. Min. Sergio Silveira Banhos, DJE de 03/08/2021; RMS 0600008-18, de minha Relatoria, DJE de 09/03/2022.

Em terceiro lugar, constata-se que o princípio da moralidade pública também tem embasado discussões sobre o litisconsórcio necessário em matéria eleitoral, com maior ênfase no que diz respeito ao abuso de poder político, **tendo por norte que condutas desviantes praticadas por agentes públicos com impacto no processo eleitoral não fiquem sem punição.** Uma vez que o abuso de poder político é forma de desvirtuamento da função pública para obter dividendos eleitoreiros, para si ou terceiros, entendeu-se que os legitimados ativos não poderiam agir seletivamente, excluindo a possibilidade de tornar alguns desses agentes inelegíveis.

Sob esse ângulo é que prevaleceu, para as Eleições 2016, o entendimento de que, aplicada a teoria da asserção, todas as pessoas apontadas como responsáveis pela conduta abusiva deveriam ser incluídas no polo passivo (REspE nº 843-56, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJE de 21/06/2016), a exemplo do que já se firmara para as condutas vedadas desde o pleito de 2010 (RO 1696-77, Rel. Min. Arnaldo Versiani, DJE de 06/02/2012).

Para as Eleições 2018, adveio viragem jurisprudencial, que se pautou pela busca de máxima efetividade às ações eleitorais sancionadoras. No caso paradigma, de Relatoria do Min. Mauro Campbell Marques (RO 0603030-63, DJE de 03/08/2021), detecta-se inclinação da Corte no sentido de que **a existência de previsão legal expressa passe a ser a única hipótese para se impor a formação de litisconsórcio passivo necessário como pressuposto de ajuizamento válido da AIJE.** Leia-se:

ELEIÇÕES 2018. RECURSO ORDINÁRIO. CARGO DE GOVERNADOR. ABUSO DO PODER POLÍTICO. COAÇÃO E EXONERAÇÃO DE SERVIDORES COMMISSIONADOS. EXECUÇÃO SIMULADA DE PROGRAMA SOCIAL. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE CANDIDATO BENEFICIÁRIO E AUTOR DE ATO TIDO POR ABUSIVO. DESNECESSIDADE. HIPÓTESE NÃO ABRANGIDA PELO ART. 114 DO CPC/2015. AFASTAMENTO DA EXIGÊNCIA EM AIJE POR ABUSO DO PODER POLÍTICO. ALTERAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. APLICAÇÃO PROSPECTIVA.

SEGURANÇA JURÍDICA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS PREVIAMENTE REQUERIDA. RETORNO DOS AUTOS DIGITAIS À ORIGEM. COAÇÃO DE SERVIDORES COMISSIONADOS PARA APOIO DE CANDIDATURA. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL PARA PROMOÇÃO PESSOAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO.

1. A jurisdição eleitoral, considerados os bens jurídicos que se presta a defender, não pode criar óbice à efetividade da norma eleitoral nem exigir a formação de litisconsórcio sem expressa previsão no ordenamento jurídico.

2. O art. 114 do CPC/2015 prevê a formação do litisconsórcio necessário em apenas duas hipóteses: (a) por disposição de lei; e (b) quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

3. Não há, no ordenamento eleitoral, disposição legal que exija a formação de litisconsórcio no polo passivo da AIJE.

4. Inexiste relação jurídica controvertida entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita nas ações de investigação judicial por abuso do poder político.

5. Firma-se a tese no sentido de não ser exigido o litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita em AIJE por abuso do poder político.

6. A fixação do novo entendimento tem aplicação prospectiva, para as eleições de 2018 e seguintes, por força do princípio da segurança jurídica.

[...]

(sem destaques no original)

Observa-se por esse breve histórico que, **apesar das mutações da jurisprudência, em momento algum o debate sobre o litisconsórcio passivo necessário prevaleceu como critério para incluir pessoas jurídicas no polo passivo da AIJE.**

Com efeito, **todas as teses sobre o tema partiram das premissas de que a legitimidade passiva é reconhecida a pessoas físicas: a) em abstrato, porque podem suportar a cassação, a perda da expectativa de direito ou a inelegibilidade; b) em concreto, desde que da narrativa da petição inicial se extraia a condição de beneficiária ou responsável pela conduta abusiva.** As diferentes conclusões sobre a modalidade de participação – se como litisconsortes facultativos ou necessários – dos sujeitos que preenchem **ambos** os requisitos foram alcançados a partir de outros aspectos jurídicos, que jamais derivaram para incluir na AIJE pessoas jurídicas, mesmo que, conforme já mencionado, se trate dos partidos pelo qual concorreram os candidatos beneficiados.

De fato, há muito “é entendimento pacífico deste Tribunal a **impossibilidade de pessoas jurídicas figurarem no polo passivo de ações de investigações judiciais eleitorais** fundadas no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990” (RP 3217-96, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJE de 30/11/2010). No mesmo sentido: “pessoas jurídicas não podem integrar o polo passivo em ação de investigação judicial eleitoral pela razão de não estarem sujeitas às penas previstas na Lei Complementar no 64/90” (RP 1033, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 13/12/2006).

Se há até mesmo impedimento a que pessoas jurídicas sejam rés em AIJEs, ausente o pressuposto lógico para se cogitar da exigência de que figurem como litisconsortes necessárias.

Não se descarta que, eventualmente, o tema da participação de pessoas jurídicas nessas ações, em especial partidos políticos, possa vir à baila em casos concretos. Mas isso se faria, logicamente, a partir de um interesse manifestado por elas e, a exemplo do que se reconheceu no caso de suplentes, na modalidade de litisconsórcio facultativo. Afinal, não há ensejo para que o alargamento do rol de interessados, em tese pensado para ampliar o debate processual, venha a ser manejado apenas para obstar o curso da AIJE ou tumultuar seu trâmite.

Todas as razões para interditar a AIJE à participação de pessoas jurídicas como rés, sejam empresas ou partidos políticos, se acentuam quando se pretende, como na preliminar em tela, impor a participação de **pessoa jurídica de direito público** como requisito para viabilizar o prosseguimento da ação.

A essência do abuso de poder político, conforme já assinalado, é o desvio de finalidade do feixe de atribuições do agente público, para fins eleitorais, e as consequências visadas são a cassação e a inelegibilidade. A atuação da jurisdição eleitoral dá-se sobre um recorte da realidade fática, a fim de averiguar se a conduta do agente caracteriza ilícito eleitoral. No que interessa à tutela do processo eleitoral, importa avaliar se a parcela de poder ostentada pela pessoa física, em função do cargo ocupado, foi desvirtuada e malferiu a normalidade, a isonomia e a legitimidade do pleito.

Evidente assim que, na dinâmica das condutas vedadas e do abuso de poder político, **os benefícios ilícitos a serem apurados revertem a favor de candidaturas, em relação às quais os entes federados devem se manter absolutamente indiferentes.**

A candidatura de um Presidente da República a um novo mandato não é um elo que faz surgir uma “relação jurídica incindível” entre a União e práticas reputadas abusivas (rectius: entre o ente federado e o próprio candidato). O contrário significaria abandonar todo o esforço doutrinário e jurisprudencial para preservar a isonomia entre o incumbente e seus adversários no pleito. **Significaria, mais, deixar de lado a noção de responsabilização pessoal dos agentes públicos por seus excessos, tornando indiscerníveis as fronteiras entre os interesses político-eleitorais de mandatários e o interesse público.**

A legislação eleitoral, em nenhum momento, cogita que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos pleitos em que estiverem em disputa cargos nos seus órgãos Executivos e Legislativos, assumam o papel de atores da judicialização decorrente do embate entre candidaturas. Além da indevida mescla de interesses públicos e privados, essa orientação comprometeria, em definitivo, a celeridade e a economicidade, ao forçar a atuação processual de entes federados, sem contar autarquias, empresas públicas e fundações, em toda e qualquer ação em que se apure se atos praticados em nome do Poder Público tiveram finalidade eleitoral ilícita.

Não é, portanto, em razão de se questionar aspectos da transmissão feita pela TV Brasil que a União se torna litisconsorte necessária nesta AIJE, em que se investiga, precisamente, o alegado uso da máquina pública, pelo Presidente da República, em benefício de sua candidatura à reeleição.

Ressalte-se que não houve, por parte da União, ou mesmo da EBC, qualquer requerimento que sinalizasse sua percepção de que tenha decorrido, da decisão liminar, prejuízo a seu patrimônio jurídico. Assim, nem mesmo é possível considerar que aquelas pessoas jurídicas se enxerguem na condição de terceiro prejudicado.

Ante o exposto, **rejeito a preliminar de exigência de formação de litisconsórcio passivo necessário com a União.**

2.2 Inexistência de litisconsórcio passivo necessário com os responsáveis por movimentos cívicos

Os investigados também arguíram que seria obrigatório incluir, no polo passivo desta AIJE, responsáveis por diversos movimentos cívicos que, reconhecem, apoiaram o comício realizado em Brasília. Argumentam que, à luz do art. 22, XIV, da LC 64/90, que estabelece que “o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato”, essas pessoas – que não foram nominalmente identificadas – são litisconsortes passivos necessários.

Salientam, ainda, que a autora teria reconhecido o cabimento do litisconsórcio necessário, ao indicar como investigados representantes do Movimento Brasil Verde e Amarelo, falhando em adotar igual providência em relação a outros apoiadores.

Expostos os fundamentos relativos à evolução do tratamento da matéria no tópico anterior, não é necessário maior esforço para concluir pela insubsistência das alegações.

Conforme já assinalado, desde as Eleições 2018 foi fixado, pelo TSE, “a tese no sentido de não ser exigido o litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita em AIJE por abuso do poder político” (RO 0603030-63, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 03/08/2021).

Com mais razão, na hipótese de abuso de poder econômico, em que se não há um agente previamente identificado como detentor do poder – mas, sim, dispersão social da capacidade econômica que pode convergir para a prática abusiva –, incabível cogitar que a viabilidade da AIJE fique a depender da citação de todos que possam ter contribuído para a conduta ilícita. Em outras palavras, o comando do art. 22, XIV, da LC 64/90, acolhe a possibilidade de que sejam declarados inelegíveis todos os responsáveis pelo abuso **que figurem no polo passivo**, mas, de modo algum, sugere que a ação só possa prosseguir com a inclusão de todos os potenciais agentes da conduta ilícita.

Nesta AIJE, a autora assim procedeu em relação a pessoas que integram o Movimento Brasil Verde e Amarelo, apontadas como corresponsáveis pela prática reputada abusiva, e assim trazidas ao feito na condição de **litisconsortes facultativos**. Não decorre, daí, obrigação de incluir outros apoiadores dos candidatos investigados que tenham estado presentes em Brasília no dia 07/09/2022, sendo lícito que selecione aquelas pessoas às quais considera pertinente imputar **responsabilidade** pelos atos questionados. A posição é evidentemente distinta daquela de meros espectadores ou entusiastas.

Anote-se que, no caso, os investigados fizeram referência aos responsáveis pelos movimentos “Brasil Unido pelo Presidente”, “Manifestação em Defesa da Liberdade e Eleições Transparentes”, “Ato Público com oração pelo Brasil”, “Manifestação em Defesa da Democracia e Liberdade” e “Ato Público 7 de Setembro 2022” sem sequer buscar identificá-los nominalmente, o que denota o pouco interesse em que efetivamente viessem a ser integrados ao polo passivo antes do término do prazo decadencial.

O cenário confirma que é preciso atentar para que o instituto do litisconsórcio necessário não seja manejado com vistas a inviabilizar a apuração de condutas ilícitas. No caso, sem prejuízo de que se faça provas a respeito da participação dos citados movimentos, não há óbice ao prosseguimento da ação sem que seus membros figurem como parte.

Assim, **rejeito a preliminar de ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário com responsáveis por movimentos cívicos.**

3. Requerimentos de prova passíveis de produção antecipada (formulados pela investigante e pelos candidatos investigados)

Esta ação tem como causa de pedir o suposto desvio de finalidade das comemorações do Bicentenário da Independência em Brasília e no Rio de Janeiro, eventos de caráter oficial custeados com recursos públicos e transmitidos ao vivo pela TV Brasil, que teriam sido planejados e executados de modo a impulsionar atos de campanha dos investigados. Também se discute o emprego irregular de recursos privados para potencializar os benefícios ilícitos decorrentes da proposital confusão entre os papéis de Chefe de Estado e candidato.

As nuances da narrativa da petição inicial levaram a autora a incluir no polo, além dos candidatos investigados, outras 16 pessoas que, entende, teriam

contribuído para a consecução de intento ilícito. A demanda ganhou, assim, contornos mais amplos que os das demais ações em que é discutido o alegado desvio de finalidade das comemorações do Bicentenário da Independência.

Esses contornos não serão desde logo detalhados, pois a tarefa dependerá de exame detido das alegações a respeito das condutas atribuídas a todos os coinvestigados e enfrentamento da preliminar de ilegitimidade passiva suscitada por alguns deles.

Isso não impede que se analise a parte dos requerimentos de prova que têm relação com os fatos comuns discutidos nas demais ações, formulados pela investigante e pelos candidatos investigados.

O substrato fático comum, tal como assentado na decisão de saneamento e organização do processo da AIJE nº 0600986-27, contempla, em um primeiro nível, os seguintes pontos:

- a) convocação de apoiadores e simpatizantes dos candidatos investigados, pelas redes sociais destes e de outras lideranças, para que comparecessem a eventos oficialmente previstos para celebrar o Bicentenário da Independência, em 07/09/2022;
- b) realização dos eventos oficiais em Brasília e no Rio de Janeiro, organizados e custeados pelos Poderes Públicos;
- c) comparecimento do primeiro investigado a esses eventos, na condição de Presidente da República, não sendo proferidos discursos no momento em que ocupava a tribuna de honra;
- d) realização de atos de campanha, em momento subsequente aos eventos oficiais, em espaço preparado para a realização de comícios, nos quais o primeiro investigado proferiu discurso de caráter eleitoral;
- e) cobertura completa da TV Brasil do evento oficial realizado em Brasília, com transmissão ao vivo, inclusive, de entrevista inicial do primeiro investigado, em que abordou realizações de seu governo e discorreu sobre outros temas, e de momento no qual, findo o evento, o primeiro investigado retirou a faixa presidencial e caminhou próximo a apoiadores e se dirigiu ao local do ato político-eleitoral; e
- f) utilização de imagens do evento oficial para a divulgação de conteúdo eleitoral nas redes sociais dos investigados.

Esses fatos quedaram incontroversos após as manifestações da autora e dos candidatos investigados na fase postulatória.

A controvérsia fática recai, em um segundo nível, sobre:

- a) **as circunstâncias de envolveram a preparação e a realização dos atos oficiais e de campanha**, no que diz respeito a seus aspectos

logísticos e financeiros e, em especial, à atuação de órgãos públicos, de movimentos cívicos, dos investigados e de seus apoiadores nessa etapa; e

b) a existência, ou não, de fronteiras suficientes para preservar as características legítimas dos atos oficiais e de campanha, o que envolve analisar, entre outros elementos, o afastamento “físico e temporal” dos eventos, o comportamento dos candidatos investigados e de seus apoiadores e a evolução dos fatos ao longo do dia 07/09/2022.

Considerando a instrução conjunta a respeito desses pontos controvertidos, destaca-se dos requerimentos formulados pela autora a requisição de informações a serem prestadas (ID 158047246):

“107.3.1. Pelo Ministério das Comunicações: (i) cópias integrais de todos os procedimentos administrativos que instruíram o Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2022, do Ministério das Comunicações e resultaram no Extrato de Contrato nº 63/2022 e na contratação da empresa WFC-GOIAS SERVICOS E PRESTAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.352.922/0001-87; (ii) cópias integrais dos procedimentos administrativos que instruíram a deliberação e resultaram no envio de ofícios aos secretários-executivos dos demais Ministérios e órgãos públicos Federais sobre a mobilização de servidores para participação nos atos do dia 7 de setembro de 2022; e (iii) cópias integrais de todos os procedimentos administrativos, atas de reuniões e documentos de comunicação interna referentes às tratativas para a celebração dos atos do dia 7 de setembro, com apontamento dos servidores públicos e terceiros participantes das tratativas para referidas atividades;

107.3.2. Pelo Ministério da Defesa: (i) a apresentação de cópia integral dos procedimentos administrativos e informações referentes aos valores gastos com os desfiles cívico-militares de 7 de setembro de 2022 em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ, a demonstrar o rol de despesas realizadas, fornecedores dos serviços e gastos individualizados, diretos e indiretos, dos atos promovidos em ambos os municípios; e (ii) a apresentação de cópia integral dos procedimentos administrativos e informações referentes aos valores gastos com os atos cívico-militares de 7 de setembro realizados nos anos de 2021, 2020 e 2019, a demonstrar o rol de despesas realizadas, fornecedores dos serviços e gastos individualizados, diretos e indiretos, dos atos promovidos nos respectivos anos;

[...]

107.3.4. Pelo Governo do Distrito Federal: a apresentação dos atos administrativos que cuidaram da segurança na área da Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF no dia 7 de setembro de 2022, bem como o ato que autorizou o ingresso do trio elétrico utilizado pela campanha de JAIR BOLSONARO e BRAGA NETTO na área demarcada;

107.3.5. Pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ: informações sobre o apoio material e organizacional conferido aos atos cívico-militares de 7 de setembro realizados no dia 7 de setembro de 2022;

107.3.6. Pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro: informações sobre o apoio material e organizacional conferido aos atos cívico-militares realizados realizado no dia 7 de setembro de 2022.”

Os requerimentos de prova dos candidatos investigados, formulados na contestação, são inteiramente voltados para o núcleo fático comum às demais ações, consistindo em (ID 158085265):

a) requerimento de oitiva de doze testemunhas (seis atribuídas a cada investigado), qualificadas com os cargos que ocupavam à época, a saber: Cláudio Castro, Governador do Rio de Janeiro; Luiz Fernando Bandeira de Mello, Conselheiro do CNJ; Ibaneis Rocha Barros Júnior, Governador do Distrito Federal; João Henrique Nascimento de Freitas, Assessor-Chefe do Presidente da República; Eduardo Maragna Guimarães Lessa, Chefe adjunto do Cerimonial da Presidência; Ciro Nogueira Lima Filho, Ministro-Chefe da Casa Civil; Flávio Botelho Peregrino, Coronel do Exército; Luiz Cláudio Macedo Santos, Brigadeiro da Aeronáutica; Dom Marcony Vinícius Ferreira, Bispo Ordinário Militar do Brasil; Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, Ministro da Defesa; José Pedro, Embaixador de Cabo Verde no Brasil; e Emmanoel Pereira, Ministro do TST; e

b) requerimento de expedição de ofícios:

b.1) à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, “para que informem os nomes e dados (especialmente o contato) dos responsáveis pela organização das manifestações de 7 de setembro”;

b.2) aos “Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para que informem acerca do cerimonial e das formalidades envolvidas nas comemorações de 7 de setembro”;

b.3) à “Advocacia-Geral da União, para que, na qualidade de órgão central de consultoria e de advocacia pública da União, por seu Advogado-Geral, Dr. Bruno Bianco, preste os esclarecimentos que entender de direito, notadamente quanto às articulações havidas entre os diversos organismos públicos envolvidos na arquitetura jurídica do evento público em que se comemorou, oficialmente, o Bicentenário da Independência do Brasil, custos e procedimentos correlatos, e a adoção das providências administrativas necessárias, prévias em concomitantes, para a não-contaminação do evento pelas manifestações políticas havidas tanto em Brasília quanto na cidade do Rio de Janeiro”.

Após instados a justificar a prova testemunhal requerida, os candidatos investigados argumentaram que:

Por sua vez os réus justificaram o **requerimento de prova testemunhal** nos seguintes termos (ID 158396475):

a) "a leitura da peça defensiva, com a delimitação das teses e dos argumentos fáticos e jurídicos apresentados, torna evidente a utilidade da prova testemunhal requerida, à vista, notadamente, da relevância da demonstração da natureza jurídica e da dinâmica do evento questionado, envolvendo pontos que podem ser tidos como controvertidos na defesa apresentada, a saber: (i) o caráter, a natureza e o conteúdo dos discursos proferidos; (ii) as falas e os comentários emitidos pelas pessoas presentes (que tenham discursado ou não); (iii) a organização e o planejamento dos dois atos bem delimitados; (iv) a estrutura e o suporte físico que aparelhou cada solenidade; além de toda e qualquer circunstância que possa ser esclarecida não apenas a pedido da defesa, mas também no interesse dos Requerentes, do Il. Corregedor-Geral Eleitoral e, em ultima ratio, ao bom desenvolvimento da instrução processual, mediante completo e preciso descortino dos fatos, tal como havidos na realidade fenomênica";

b) o detalhamento do evento pelas testemunhas tem aderência a argumentos vertidos na contestação, a saber: "(i) Preliminar de litisconsórcio necessário diante da atuação na condição de Presidente da República; (ii) Cisão de fases entre Bolsonaro-Presidente vs. Bolsonaro-Candidato no eventos do Rio de Janeiro e de Brasília; (iii) Comparecimento espontâneo da população ao ato político dos Investigados; (iv) Inexistência de abuso de poder";

c) "a oitiva dos Governadores reeleitos no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal (Claudio Castro e Ibaneis Rocha Barros Júnior) possui o condão de delimitar a participação, inclusive financeira, dessas unidades federativas na organização dos eventos, esclarecendo questões essenciais para a identificação do caráter oficial dos atos, bem como da observância à impessoalidade na condução do evento e do não uso da máquina pública em prol de qualquer das candidaturas".

d) também foram arrolados servidores "envolvidos no planejamento e consecução do evento, a exemplo do Assessor-Chefe da Presidência da República e do chefe adjunto do Cerimonial da Presidência da República (João Henrique Nascimento de Freitas e Eduardo Maragna Guimarães Lessa), que podem prestar relevantes esclarecimentos acerca da logística envolvida, inclusive em direta comparação com outros anos";

e) "as demais testemunhas indicadas (Luiz Fernando Bandeira de Mello; Ciro Nogueira Lima Filho; Flávio Botelho Peregrino; Luiz Claudio Macedo Santos; Dom Marcony Vinicius; Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; Embaixador João Pedro; Emmanoel Pereira) acompanharam presencialmente os eventos nas cidades de Brasília/DF e Rio de Janeiro/DF, em momentos não necessariamente coincidentes e cobertos pelos testemunhos anteriormente referidos, de forma a assegurar integral relato do comportamento e de eventuais falas do Presidente da República na data de 7 de setembro de 2022, circunstância útil à completa comprovação das teses defensivas articuladas nos autos";

f) a prova não ostenta caráter protelatório, “inclusive porque postulada até como modicidade, eis que as testemunhas arroladas nos presentes autos são comuns a outros dois processos de mesmo objeto (AIJEs 972-43 e 1002-78), viabilizando a instrução conjunta neste ponto, em observância a mais pura lealdade e economicidade processual”.

Da análise desses apontamentos, tem-se lastro suficiente para autorizar que sejam produzidas nesta ação **provas já determinadas em decisões de saneamento que versam sobre fatos comuns**.

De plano, é caso de deferir as requisições de documentos dirigidas aos Governos do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, à Prefeitura do Rio de Janeiro, a Ministérios e aos Comandos das Forças Armadas, pretendidas tanto pela investigante quanto pelos candidatos investigados, e que foram acima especificadas. A medida atende à diretriz de economia processual, pois buscar exaurir, tanto quanto possível, os esclarecimento de circunstâncias fáticas que possam ser produzidos por documentos em poder de órgãos públicos.

Sempre em atenção à instrução coesa das ações, deve-se destacar a necessidade de que sejam esclarecidas as seguintes circunstâncias:

a) pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro:

a.1) esclarecimento sobre as tratativas para a escolha do bairro de Copacabana para os atos lá realizados, informando-se, inclusive, se essa definição foi motivada por pedido formal ou informal oriundo da Presidência da República, e se confirmam a notícia (<https://www.youtube.com/watch?v=j1LTesUXDLs>, ID 158041741, p. 6) de que o desfile cívico-militar não foi deslocado para o local em função de condições desfavoráveis ao trânsito de blindados;

a.2) informação a respeito da distância entre o Forte de Copacabana e o ponto em que se concentrou o ato eleitoral dos investigados em 07/09/2022 na cidade do Rio de Janeiro, acompanhada de demonstração gráfica, consistente em mapa ou esboço que permita visualizar onde os eventos ocorreram;

b) pelo Governo do Distrito Federal, informação a respeito da distância entre os locais onde foi instalada a tribuna de honra das comemorações do Bicentenário e onde se concentrou o ato eleitoral dos investigados em 07/09/2022 em Brasília, acompanhada de demonstração gráfica, consistente em mapa ou esboço que permita visualizar onde os eventos ocorreram;

c) pelo Ministério da Defesa, esclarecimento das tratativas com a coordenação nacional do “Movimento Brasil Verde e Amarelo”, representado por Júlio Augusto Gomes Nunes, para a inclusão de tratores no desfile cívico-militar em Brasília (ID 158252975, juntado aos autos da AIJE nº 0601002-78 pelo referido investigado).

Quanto ao ofício dirigido à Advocacia-Geral da União, observa-se que os termos escolhidos pelos investigados para a diligência culminaram por transformá-la em solicitação de parecer opinativo, “na qualidade de órgão central de consultoria e de advocacia pública da União, por seu Advogado-Geral, Dr. Bruno Bianco”, o que não é próprio a natureza da prova (requisição). Com efeito, incumbe à AGU orientar as autoridades federais quanto ao cumprimento da legislação e, em juízo, assumir a defesa da legalidade de seus atos, mas não oferecer opinião jurídica, subscrita por seu titular máximo, em ação em curso.

A inadequação de requestar ao ocupante do cargo de Advogado-Geral da União “esclarecimentos que entender de direito” parece evidente ao se constatar que a mudança de governo pode eventualmente impactar sobre a opinião a respeito do êxito, ou não, do alegado intento de “não-contaminação do evento [oficial] pelas manifestações políticas havidas tanto em Brasília quanto na cidade do Rio de Janeiro”. Esse aspecto, conforme já exposto, é ponto a respeito do qual controvertem as partes, devendo a questão ser resolvida no julgamento do mérito, à luz da prova produzida, das alegações da partes e do parecer do Ministério Público Eleitoral.

Assim, atentando-se aos princípios republicano e da impessoalidade, cumpre que a requisição seja ajustada, a fim de que a Advocacia-Geral da União forneça documentos acaso produzidos **por ocasião dos preparativos da celebração do Bicentenário da Independência**, com vistas a orientar o então Presidente da República, candidato à reeleição, bem como outras autoridades ou órgãos federais, a respeito de medidas necessárias para assegurar a observância da legislação eleitoral, considerando-se o contexto do pleito presidencial de 2022.

Ainda no âmbito da prova documental, é necessário elucidar aspectos dúbios a respeito da montagem da estrutura para os comícios realizados em Brasília e no Rio de Janeiro.

Conforme o art. 373, §1º do CPC, é possível transferir ao réu o ônus da prova do fato constitutivo se, cumulativamente: a) constatar-se a maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário; b) for dada à parte o ônus de se desincumbir do encargo; e c) a desincumbência desse ônus não for impossível ou excessivamente difícil. *In verbis*:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º Nos casos previstos em lei ou **diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.**

§ 2º A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

(Sem destaques no original)

No caso, deve-se ter em vista que a legislação impõe a candidatas e candidatos os deveres de custear seus atos de campanha com recursos financeiros que transitem pelas contas bancárias específicas e de declarar os valores em sua prestação de contas (arts. 17, 22, 26 da Lei nº 9.504/97). Por conseguinte, **é sua obrigação legal ter em seu poder documentos idôneos que comprovem que sua campanha arcou com os gastos envolvidos na realização dos atos que, nesta AIJE, reconhecem expressamente ter natureza eleitoral.**

Na contestação, os candidatos investigados declararam que a defesa partia das premissas de que “não houve qualquer gasto de dinheiro público na fase eleitoral (pós-desfile) da jornada político-eleitoral do dia 7 de setembro” e de que “os gastos relativos aos atos de campanha que se seguiram ao evento cívico-militar oficial, especialmente restritos à simples captação de imagens e ações de marketing, bastante módicos, aliás, foram integralmente suportados pelas verbas de campanha”.

Para sustentar o alegado, inseriram link para matéria da Folha se São Paulo, dela extraíndo o trecho: “[a] campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) protocolou às 23h30 desta terça-feira (13) a prestação de contas parcial do candidato e declarou ter gasto apenas R\$ 30 mil com os atos eleitorais do dia 7 de Setembro em Brasília e no Rio de Janeiro. Pelo documento, os custos da campanha do presidente se resumiram a R\$ 22 mil para captação de imagens dos eventos e R\$ 7,9 mil para locação de 300 grades no Rio”.

Percebe-se que os investigados apenas fizeram remissão a uma matéria jornalística que trata de sua prestação de contas parcial. Além disso, nada disseram sobre a montagem das estruturas do palanque ou trio elétrico em Brasília e no Rio de Janeiro que foram utilizados para a realização de atos assumidamente eleitorais. Não esclareceram também se a coligação arcou com os custos para o deslocamento ao Rio de Janeiro, nos moldes do art. 76 da Lei nº 9.504/97, questão que surge diante da afirmação de que o objetivo prioritário da visita à cidade, naquela data, foi atender a compromissos de campanha (motociata e comício).

Cumprido, assim, aplicar o disposto no art. 373, §1º, do CPC, para transferir aos candidatos investigados o ônus de comprovar, por documentação idônea, os gastos referentes aos atos eleitorais realizados em Brasília e no Rio de Janeiro, em 07/09/2022, inclusive no que diz respeito a eventual ressarcimento das despesas com uso de transporte oficial pelo Presidente da República no deslocamento para o Rio de Janeiro, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.504/1997. Isso porque não apenas é **mais fácil** para os candidatos demonstrarem as despesas eleitorais que pontualmente efetuaram, como é **seu dever** conservar a documentação idônea até a decisão final de sua prestação de contas (art. 32, parágrafo único, Lei nº 9.504/1997).

Saliente-se que, nesta AIJE, foi juntada nota fiscal de locação de trio elétrico para a cidade do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 34.720,00, em nome de Silas Malafaia, que figura como investigado naquele feito (ID 158123721). Esse investigado, em sua defesa, afirmou que “[p]or dever de lealdade processual e sempre primando pela verdade, cabe ao ora DEFENDENTE **esclarecer que, efetivamente, custeou a utilização de um trio elétrico durante o ato de campanha ocorrido no Rio de Janeiro**, APÓS encerradas as atividades militares, tendo sido essa a única despesa por ele suportada” (ID 158123720). Para coesa apuração dos fatos, deve também ser assegurado aos candidatos investigados a possibilidade de se manifestarem sobre o referido documento.

Por fim, no que se refere à prova testemunhal, de início não se teve clareza quanto à sua finalidade, exatamente porque os eventos estão documentados em vídeo, alguns juntados pelos próprios candidatos investigados. Intimada, a parte cuidou apresentar minuciosa explicação a respeito das justificativas para que as testemunhas sejam ouvidas. Sobre os argumentos trazidos, cumpre tecer algumas considerações.

Primeiramente, o modelo processual brasileiro não comporta abertura de fase instrutória para fins de definição de requisitos para a propositura válida e o desenvolvimento regular do processo. Esse exame é feito em estado de asserção (in statu assertionis), isto é, à vista das alegações trazidas na petição inicial. Desse modo, não há ensejo para deferir oitiva de testemunhas com a finalidade de subsidiar “preliminar de litisconsórcio necessário diante da atuação na condição de Presidente da República”. Essa preliminar, inclusive, já foi devidamente enfrentada, e rejeitada, ao início desta decisão saneadora.

Em segundo lugar, não se pode cogitar de prova testemunhal a respeito de fatos “que só por documento [...] puderem ser provados” (art. 443, II, CPC). Na mesma linha, não se justifica a dilação que tenha por objeto pontos já inequivocamente demonstrados, na fase postulatória, por prova documental produzida que não teve sua autenticidade questionada. Por isso, a inquirição de testemunhas deve ser avaliada tendo por parâmetro a dimensão dos pontos fáticos controvertidos que efetivamente podem por elucidados por seus depoimentos.

Por derradeiro, a inclusão de autoridades previstas no art. 454 do CPC em rol de testemunhas há de se ater à finalidade de demonstrar fatos relevantes **que efetivamente dependam de seu particular conhecimento**. Chega-se a essa conclusão por simples desdobramento da boa-fé objetiva, pois seria impensável que essas pessoas – que em função da envergadura do cargo ocupado inspiraram regime próprio de coleta de prova, atendo à sua segurança pessoal e ao não prejuízo do desempenho de suas funções para o país – pudessem ser convocadas a testemunhar a respeito dos mais diversos aspectos de fatos comuns presenciados, em quaisquer ações.

A aplicação do regime de oitiva de autoridades, mesmo com ajustes para acomodá-lo à celeridade própria das ações eleitorais, envolve organização complexa, com impactos sobre a marcha processual. Desse modo, **os incisos do art. 454 do CPC não podem se transformar em um catálogo de opções utilizado,**

intencionalmente ou não, para retardar o trâmite da ação, à míngua de justificativa razoável e proporcional que demonstre a necessidade da oitiva.

Cotejando essas balizas, conclui-se que:

a) no que diz respeito aos ocupantes de cargos previstos no art. 454 do CPC:

a.1) a oitiva dos Governadores reeleitos no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, Claudio Castro e Ibaneis Rocha Barros Júnior, foi devidamente justificada, ainda que parte dos pontos fáticos referidos esteja sujeita à comprovação documental, tendo em vista o envolvimento direto das unidades federativas que comandam na preparação do evento e a existência de aspectos relevantes e que não são de conhecimento público que poderão elucidar;

a.2) a oitiva de Ciro Nogueira Lima Filho, ex-Ministro Chefe da Casa Civil, atualmente em exercício do cargo de Senador, é justificável ante a relação direta entre o elevado cargo ocupado no governo federal, à época dos fatos, e a natureza da controvérsia, especialmente em relação ao planejamento e à realização dos eventos;

a.3) por outro lado, não foi apresentada justificativa plausível para a oitiva de Luiz Fernando Bandeira de Mello, José Pedro e Emmanoel Pereira, respectivamente Conselheiro do CNJ, Embaixador de Cabo Verde e Ministro do TST, pois os investigados se limitaram a dizer que essas pessoas acompanharam presencialmente os eventos “em momentos não necessariamente coincidentes e cobertos pelos testemunhos anteriormente referidos” e que sua oitiva asseguraria “integral relato do comportamento e de eventuais falas do Presidente da República na data de 7 de setembro de 2022”, sem indicar um único aspecto da controvérsia que tangencie fato de conhecimento dessas autoridades capaz de particularizá-las em relação aos milhares de espectadores presentes ou, ainda, em relação a outras autoridades e servidores já arrolados, especialmente porque não está em questão reconstituir as minúcias dos fatos havidos em 07/09/2022, mas, sim, escrutinar circunstâncias relevantes já elencadas nesta decisão com base no debate entre as partes;

b) quanto às demais testemunhas:

b.1) a oitiva de João Henrique Nascimento de Freitas e Eduardo Maragna Guimarães Lessa, que exerceram cargos de Assessor-Chefe da Presidência da República e de chefe adjunto do Cerimonial da Presidência da República à época dos fatos pode, tal como indicado pelos investigados, “prestar relevantes

esclarecimentos acerca da logística envolvida, inclusive em direta comparação com outros anos”, estando devidamente justificada;

b.2) a oitiva de Paulo Sérgio Nogueira de Carvalho, que exercia o cargo de Ministro da Defesa à época dos fatos, mostra-se pertinente em razão do envolvimento da unidade na preparação do evento, após a análise das alegações produzidas na fase postulatória, ainda que este aspecto específico não tenha sido destacado pelos investigados;

b.3) a oitiva das testemunhas Flávio Botelho Peregrino, Luiz Claudio Macedo Santos e Dom Marcony Vinícius Ferreira, ligadas às Forças Armadas, que foram arroladas como pessoas que acompanharam os eventos, é justificada dentro do empenho das partes de trazer a lume circunstâncias observadas por espectadores comuns ou pessoas que tenham ocupado a tribuna de honra ou o palanque eleitoral (aspecto que não foi especificado).

Apesar da conclusão pela razoabilidade da oitiva das testemunhas referidas no item “b” supra, nota-se que, findo o mandato do primeiro investigado, não foi informado nos autos eventual alteração das funções e das unidades de lotação desses militares e servidores civis. Essa informação importa a fim de que se avalie a necessidade de intimação judicial prevista no art. 455, III, CPC e, em caso positivo, a ao “chefe da repartição ou ao comando” a que se deve requisitar a liberação da testemunha.

No ensejo da prova testemunhal, convém incluir, de ofício, a oitiva de Daniel Lúcio da Silveira, pessoa que, sem ter vínculo com o governo federal, subiu à tribuna de honra do evento oficial realizado no Rio de Janeiro, no Forte de Copacabana. Essa participação foi captada pela emissora CNN e consta de vídeo cujo link instrui a petição inicial (<https://www.youtube.com/watch?v=j1LTeSUxDLs>). No vídeo, também é possível ver que, além de três autoridades militares, mais de uma dezena de pessoas, sem trajes formais, estiveram na tribuna no mesmo momento em que o então Presidente da República, sem a faixa presidencial, lá estava.

Conforme é público e notório, Daniel Silveira, à época, era candidato ao cargo de Senador. Seu registro havia sido indeferido em 06/09/2022 pelo TRE-RJ e sua candidatura se conservou, sub judice, até 06/10/2022, quando transitou em julgado a decisão monocrática em que o Ministro Sérgio Banhos negou seguimento ao recurso ordinário (RO-El nº 0602080-79).

Diante disso, é relevante que a testemunha explique como teve acesso ao palco montado para o evento oficial cívico-militar no Rio de Janeiro, e qual a finalidade de sua presença nesse espaço. A testemunha também poderá contribuir para esclarecer as circunstâncias que levaram a que a tribuna fosse ocupada por pessoas diversas, em trajes informais, que parecem, ao menos nas imagens, circular e fazer imagens com liberdade no local.

Feita a criteriosa análise das provas úteis e pertinentes nesse momento processual, **cumpra determinar sua produção em caráter antecipado.**

4. Designação de audiência conjunta para oitiva de testemunhas nas AIJES nº 0600986-27, 0600972-43 e 0601002-78 e na RepEsp 0600984-57

Conforme já salientado, a prática de atos processuais nas ações que têm como núcleo comum o alegado desvio de finalidade das comemorações do Bicentenário da Independência será definida pontualmente, quando essa técnica se mostrar mais favorável à racionalidade do procedimento.

Os candidatos componentes da chapa presidencial investigada, que figuram em todos os feitos referidos, salientaram, ao justificar o fato de arrolarem 12 testemunhas, que os nomes "são comuns a outros dois processos de mesmo objeto (AIJES 986-27 e 972-43), viabilizando a instrução conjunta neste ponto, em observância a mais pura lealdade e economicidade processual". Acresce-se às ações referidas também a RepEsp 0600984-57.

Especificamente no que diz respeito à oitiva de testemunhas, a realização de ato conjunto mostra-se benéfica à instrução. A fim de assegurar o pleno contraditório, todas as partes envolvidas nos feitos em que a prova é pertinente poderão arguir as testemunhas.

Projeta-se assim que a audiência envolverá: três investigadores, 17 investigados, o Ministério Público Eleitoral e 10 testemunhas (nove requeridas pelos investigados e uma indicada de ofício pelo juízo). Dentre as testemunhas, tem-se como particularidades a oitiva de três autoridades (dois Governadores e um Senador da República) e uma pessoa que se encontra em privação de liberdade.

Esses fatores levam à necessidade de **organização de um calendário prévio para a realização das oitivas**, que assegurará a racionalização do ato, bem como minimizará os transtornos à rotina das testemunhas.

Relembre-se que o inciso V do art. 22 da LC nº 64/1990 prevê, em sua literalidade, que **cinco dias** após o decurso do prazo de defesa, seja realizada "a inquirição, em uma só assentada, de testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado, até o máximo de 6 (seis) para cada um, **as quais comparecerão independentemente de intimação**".

A crescente complexidade fática e jurídica das ações sancionadoras, bem como a necessidade de garantia ao amplo contraditório tornam impraticável a observância do prazo de apenas cinco dias para a coleta da prova testemunhal. Não obstante, a celeridade segue sendo um imperativo da tramitação das ações eleitorais – tanto que, conforme já assinalado, as ações que versem sobre cassação devem ser julgadas em um ano.

Mesmo na hipótese dos autos, em que se trata de chapa que não foi eleita – e, por isso, não se sujeita à cassação – esse parâmetro temporal não pode ser ignorado. Isso porque é de suma importância para a efetividade da jurisdição eleitoral

que se apresente à sociedade uma resposta quanto à ocorrência, ou não, de práticas abusivas durante um determinado pleito. A isonomia, a normalidade e a legitimidade, como bens difusos, interessam à toda coletividade, o que gera justa expectativa de que ocorra, com a decisão de mérito nas AIJEs e em outras ações de relevo em que figuram as chapas presidenciais, um fechamento dos debates jurídicos que permearam as eleições.

A temporalidade dos mandatos, a positiva vigilância da sociedade sobre as decisões do TSE e, no caso das Eleições 2022, o triste fenômeno da relutância na aceitação dos resultados das urnas alertam para a necessidade de diligenciar-se, ao máximo, pelo andamento célere desta e das demais AIJEs distribuídas à Corregedoria-Geral Eleitoral, sempre com respeito ao contraditório e à ampla defesa. É o que se tem feito desde a propositura dessas demandas, em que se priorizou a adoção de medidas inibitórias, prestigiou-se a colegialidade e, sobretudo, estabeleceu-se consistente diálogo processual.

Com apoio nessa mesma metodologia, observada a diretriz da compatibilidade sistêmica para aplicação supletiva das normas previstas no CPC (art. 15, CPC c/c art. 2º, parágrafo único, da Res.-TSE nº 23.478/2016), concluo que a deferência aos Governadores e ao Senador da República arrolados como testemunha, autoridades referidas no art. 454, VI e VII do CPC, deverá ser buscada designando-se data e horário reservados para sua oitiva, que poderá, a seu critério, ocorrer por videoconferência ou presencialmente.

Ademais, eventual ajuste necessário para permitir que acomodem o munus público em sua agenda poderá ser avaliado, em cotejo com as normas aplicáveis. Fica, porém, desde logo afastado desse escopo o previsto nos §§ 1º e 2º do art. 454 do CPC, em razão de serem absolutamente incompatíveis com o procedimento da AIJE.

No que diz respeito ao local em que prestarão o depoimento, caso as autoridades não queiram se deslocar ao Tribunal, **poderão optar por serem ouvidas por videoconferência**, cabendo-lhes também informar essa escolha no mesmo ato em que indicar a data da oitiva.

Quanto às demais testemunhas indicadas pelos investigados, caberá a estes indicar aquelas cuja situação funcional se amolde ao previsto no art. 455, § 4º, III, CPC e, no mesmo prazo, fornecer os dados indispensáveis para a requisição à chefia ou comando a que estejam vinculadas.

Caberá ainda aos investigados diligenciar pelo comparecimento das testemunhas na ocasião própria, sendo que, no caso das autoridades e daquelas cujo comparecimento depende de requisição (arts. 454 e 455, § 4º, II do CPC), será presumida a desistência da prova caso desatendidas as prescrições acima mencionadas.

Faculta-se o uso de sistema de videoconferência pelas advogadas, advogados, por representante do Ministério Público Eleitoral e pelas testemunhas, desde que essa opção seja informada, por petição protocolizada nos autos até três

dias antes da data designada, a fim de que sejam adotadas as providências técnicas necessárias.

No que diz respeito à testemunha que se encontra cumprindo pena privativa de liberdade em decorrência de condenação criminal, deverão ser adotadas as providências para viabilizar sua oitiva no local em que se encontra detida.

5. Descumprimento da decisão liminar pelos candidatos investigados (suscitado pela autora)

Na petição ID 158083350, protocolizada em 17/09/2022, a autora alegou que os candidatos investigados teriam descumprido a liminar proferida nestes autos, uma vez que, escoado em 12/09/2022, mantiveram em seus perfis de propaganda eleitoral material contendo imagens do Presidente da República capturadas durante os eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022. Requereu, assim:

- a) expedição de ofício aos provedores de aplicação em que se hospedam as publicações supracitadas, para que promovam a imediata exclusão de conteúdos; e
- b) aplicação da multa pelo descumprimento da decisão liminar, no montante de R\$10.000,00 por dia de descumprimento para cada uma das 40 postagens, totalizando R\$1.600.000,00.

O primeiro requerimento foi objeto de decisão interlocutória sem oitiva da parte contrária, tendo em vista que a petição havia sido instruída com documentos (IDs 158083703 a 158083352) que demonstravam, de forma contundente, que foi mantido, nas páginas do investigado Jair Bolsonaro, farto volume de postagens contendo imagens da comemorações do Bicentenário, em franca contrariedade à decisão liminar proferida nos autos. Ressaltou-se, na ocasião, que a tecnologia blockchain, utilizada para a captura dos prints, confere **presunção de autenticidade ao conteúdo**, em equivalência a uma ata notarial (ID 158109606).

Quanto ao pedido de aplicação de multa, concedeu-se prévia oportunidade de manifestação aos investigados, que opuseram à sanção os seguintes argumentos (ID 158127908):

- a) a decisão liminar havia deixado dúvidas interpretativas, o que fez com que apresentassem "a petição de saneamento de ID 158058596, com o desiderato de extirpar a incerteza sobre a extensão da medida liminar concedida";
- b) não obstante, em gesto de boa-fé, "realizaram a varredura possível de seus meios de comunicação, comunicaram-se com o pool de emissoras e mobilizaram sua equipe de mídia com com o fito único de acatar a ordem judicial, em sua presumida inteligibilidade";

- c) o órgão julgante "houve por bem acatar o pedido de esclarecimentos" (ID 158077211), o que por si só revela "a complexidade da questão jurídica";
- d) essa manifestação ocorreu em 16/09/2022, após o referendo da liminar pelo Plenário, que ocorreu "sem o exame dos fundamentos do pedido de saneamento", de modo que as dúvidas remanesciam até então;
- e) teria sido esclarecido pelo Relator, na sessão em que referendada a liminar, que "as questões supervenientes (vícios no procedimento de intimação, alcance da liminar e pedido de reunião de feitos semelhantes), constantes do pedido de saneamento, seriam posterior e oportunamente apreciados em Gabinete, monocraticamente, para eventual posterior exame sequencial em Colegiado";
- f) a decisão prolatada em 16/09/2022, contudo, não foi levada a novo referendo;
- g) "[o] fato reveste-se de invulgar relevância porque pelo menos um dos ilustres Ministros integrantes do Colegiado (Min. Carlos Horbach), quando do referendo da liminar primeva, chegou a manifestar certa estranheza com a adoção de entendimento conducente à proibição total e generalizada do uso de imagens recolhidas no dia 7 de setembro, porquanto naquele dia também foram capturadas imagens produzidas ao largo e além do encerramento do desfile cívico-militar em que se comemorou o Bicentenário da Independência do Brasil";
- h) assim, o referendo em Plenário demonstrou que ao menos um dos Ministros teria dúvidas sobre o alcance da liminar, o que inclusive teria levado o Min. Alexandre de Moraes a apresentar "sua interpretação do decisor";
- i) estando-se diante de "liminar cuja extensão se mostrou francamente controvertida", não há como suscitar um "descumprimento doloso" da medida;
- j) ainda que a expressão "em todos os meios" pudesse denotar que estavam abrangidas postagens de internet, seria ônus da autora, e não dos investigados, indicar "as postagens que reputavam eivadas de ilegalidade ou que entendessem usurpatórias do ato oficial do bicentenário", identificando todas as URLs a serem removidas, nos termos do art. 38, § 4º da Res.-TSE nº 23.610/2019;
- k) "a decisão liminar, por sua vez, não determinou, de modo expresse, a remoção de conteúdos pré-determinados, mas sim a abstenção da veiculação da propaganda e a abstenção de novas produções";
- l) "[a] manutenção de algumas postagens, de espalhamento orgânico, nas redes pessoais dos investigados" não caracteriza descumprimento da ordem judicial;

m) a boa-fé também está demonstrada porque, diante da decisão de 21/09/2022, dirigida aos provedores para que removessem conteúdo finalmente identificado, levaram a efeito a decisão, passando a voluntariamente excluir esses conteúdos; e

n) não houve produção e divulgação de novas peças e conteúdos utilizando as imagens do dia 07/09/2022.

Os diversos argumentos trazidos pelos investigados, todavia, não são capazes de alterar a conclusão no sentido de que, tal como alegado pela autora, os investigados mantiveram postagens que afrontaram diretamente a decisão liminar proferida.

A pretensa celeuma em torno do conteúdo da proibição de uso de imagens dos eventos oficiais simplesmente não existe. Da decisão liminar datada de 10/09/2022, constou inequívoca imposição de obrigação de não fazer dirigida pessoalmente aos candidatos investigados, a ser cumprida no prazo de 24 horas. Leia-se:

“Desse modo, **defiro parcialmente o requerimento liminar, para conceder a tutela inibitória antecipada e determinar:**

[...]

b) sejam intimados os candidatos Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Neto para, no prazo de 24 horas, cessar a veiculação de todo e qualquer material de propaganda eleitoral, em todos os meios, que utilizem imagens do Presidente da República capturadas durante os eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022, sob pena de multa diária de R\$10.000,00, devendo ainda se abster de produzir novos materiais que explorem as citadas imagens.”

(Sem destaques no original)

O dispositivo da decisão, de modo expresso, comandava a cessação de “todo e qualquer material de propaganda eleitoral, em todos os meios”. Estava assim explícito que os candidatos investigados precisariam remover, onde se encontrassem, os conteúdos eleitorais que explorassem “imagens do Presidente da República capturadas durante os eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022”.

A determinação possuía força cogente e efeitos imediatos. A remessa da decisão a referendo em Plenário, que se orientou por prestígio à colegialidade, não foi dotada de efeito suspensivo. Os destinatários foram intimados em 11/09/2022 (ID 158067186) e dispunham de prazo até 12/09/2022 para dar pleno cumprimento à ordem. A dinâmica é elementar à técnica jurídica, não havendo

nenhum apontamento que autorizasse supor, em contrário, que seria possível aguardar condicionantes para que a ordem tivesse que ser implementada.

Não obstante, em 13/09/2022, os candidatos investigados protocolizaram peça nominada "petição de saneamento", em que alegaram não ter compreendido o teor da proibição. A petição foi apresentada na mesma data em que ocorreria o exame, em Plenário, da decisão liminar. Na sessão de julgamento, o patrono dos candidatos investigados, após a prolação do voto do Relator, fez uso da palavra para requerer indagar se os questionamentos seriam objeto de deliberação colegiada.

Mantendo a ordem do feito, informei que a análise da petição seria feita monocraticamente, sem prejuízo de ser posteriormente submetida à Corte. Na sequência, o Min. Carlos Horbach, votando pelo referendo, comentou da "possibilidade de em seguida examinarmos as extensões [...] do que deliberamos na data de hoje". O julgamento foi concluído com referendo **unânime** da decisão.

Quando efetivamente feito o exame das alegações trazidas na petição, constatei não haver qualquer ponto de dúvida ou necessidade de ajuste. Os investigados, na verdade, demandavam manifestação sobre a utilização, na propaganda, de imagens variadas de "manifestações civis", inclusive feita em outras cidades brasileiras (ID 158058596):

"(a) a possibilidade da utilização de imagens relativas aos **atos não oficiais**, consistentes em manifestações civis, ocorridas após o encerramento formal do desfile cívico-militar, quando não geradas/captadas pela TV Brasil ou outra emissora pública;

(b) a possibilidade da utilização de **gravações realizadas por terceiros, que não contenham imagens dos Representados, das manifestações ocorridas em outras cidades, ainda que na mesma data;**

(c) a possibilidade da utilização de gravações realizadas por terceiros, que não contenham imagens nem tenham sido produzidas pelos Investigados, das manifestações ocorridas em Brasília e Rio de Janeiro **após o encerramento das atividades oficiais."**

(sem destaques no original)

Como se observa, as cognominadas dúvidas não diziam respeito aos eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, "atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022". Ou seja, não tinham qualquer relação com o teor da decisão liminar proferida. Assim, havia plena compreensão de que imagens dos eventos oficiais não poderiam ser utilizadas na propaganda.

A leitura da petição também tornou **inquestionável que os investigados compreenderam que a decisão alcançava as postagens na internet**. Isso porque eles mesmos asseguraram que "**com relação à internet, os Requeridos já providenciaram – também antes do recebimento da mensagem**

deste C. TSE – a remoção de todo e qualquer conteúdo propagandístico com cenas compartilhadas relativas aos atos de 7 de setembro” (ID 158058596, p. 6).

Afirmaram, nessa linha, que tinham efetivado uma “varredura” visando o “cumprimento expandido e espontâneo da liminar” e juntaram documentação que comprovaria as providências adotadas (IDs 158057883, 158057884, 158057885, 158057886 e 158057887).

Diante disso, a segunda decisão sobre o tema abordou aspectos bastante óbvios da liminar. Além disso, assentei que não avançaria na chamada “delimitação do alcance” da proibição, tendo em vista que as questões camuflavam uma espécie de salvo-conduto para uso de imagens que diziam respeito à controvérsia de mérito. Transcrevo os fundamentos e o dispositivo relacionados ao ponto (ID 158077211):

“2. Requerimento de delimitação da decisão liminar

No que diz respeito ao conteúdo da decisão liminar, os investigados afirmam que, de boa-fé, deram cumprimento à medida, inclusive em maior amplitude, removendo imagens que não se referem ao íterim dos eventos oficiais, que não foram captadas com o aparato da TV Brasil e, até mesmo, que foram gravadas em outras cidades. Requerem, assim, que sejam agregados detalhes à decisão, consignando quais imagens podem ser utilizadas.

Embora louvando a boa-fé demonstrada pelos candidatos ao promoverem a adequação de sua propaganda eleitoral até mesmo ao ponto do que consideram 'cumprimento expandido [...] da liminar', não vislumbro que isso atraia o dever de uma prestação jurisdicional complementar, destinada a elencar um rol de imagens desde logo “autorizadas” a serem utilizadas pela campanha dos investigados.

Vejamos.

Nesta ação, discute-se o abuso de poder político e econômico e o uso indevido dos meios de comunicação, ilícitos supostamente perpetrados em decorrência do desvio de finalidade das comemorações do Bicentenário da Independência em favor do candidato à reeleição para o cargo de Presidente, Jair Messias Bolsonaro. A **controvérsia, indubitavelmente, é bem mais ampla que o uso de imagens oficiais na propaganda.**

Há muitos aspectos a serem debatidos em contraditório, após oportunizada a defesa e apreciados os eventuais requerimentos de prova. No que diz respeito especificamente à decisão liminar, deferiu-se medida destinada a **inibir ou mitigar danos ao equilíbrio da disputa, à vista do que foi constatado de plano.** Isso não significa que outras situações não possam configurar ilícitos, mas apenas que se delimitou a medida conforme a urgência identificada.

Transcrevo, para melhor visualização, os termos do dispositivo daquela decisão:

'b) sejam intimados os candidatos Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Neto para, no prazo de 24 horas, **cessar a veiculação de todo e**

qualquer material de propaganda eleitoral, em todos os meios, que utilizem imagens do Presidente da República capturadas durante os eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022, sob pena de multa diária de R\$10.000,00, devendo ainda se abster de produzir novos materiais que explorem as citadas imagens.'

Parece, assim, não haver dúvidas que o que foi objeto expresso da proibição é a utilização de 'imagens do Presidente da República capturadas durante os eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022'. Tal como realçado pelo Ministro Alexandre de Moraes na sessão de 13/09/2022, em que referendada a liminar, **o termo 'oficial', na parte do *decisum* acima transcrito, diz respeito à natureza do evento, e não da transmissão.**

Com efeito, o que se quer inibir ou mitigar é a produção de dividendos eleitorais decorrentes da exploração das comemorações oficiais do Bicentenário da Independência pela campanha. Essa diretriz se mostra coerentemente exposta na decisão liminar, da qual constou que os elementos dos autos denotam que 'o próprio candidato à reeleição teve a iniciativa de atrair eleitores para evento no qual, na verdade, sua atuação deveria ser adstrita aos protocolos aplicáveis à sua condição de Chefe de Estado.'

Mencione-se ainda que, por interpretação sistêmica da decisão, **a proibição exarada abarca o percurso do Presidente após deixar a tribuna de honra e se locomover por local que somente lhe era acessível porque, antes, exercia prerrogativas de Chefe de Estado.** Não por outra razão se determinou a exclusão desses trechos da cobertura oficial da TV Brasil.

Isso posto, não se mostra possível estabelecer uma chancela de licitude para as hipóteses amplas suscitadas pelos investigados. Na verdade, versam elas sobre pontos controvertidos, tais como a possibilidade ou não de se separar os eventos oficiais dos comícios contíguos e o impacto sobre o eleitorado da convocação feita pelo candidato Jair Bolsonaro, em sua propaganda eleitoral, para que as pessoas comparecessem às ruas na data de 7 de setembro, inclusive para os eventos em que estaria presente como Chefe do Executivo.

Nesse sentido é que consignei, na decisão liminar, que o exame da plausibilidade, nessa etapa, **'não se confunde com aquele realizado no julgamento de mérito e não antecipa a conclusão final**, que deverá avaliar in concreto os efeitos das condutas praticadas, a fim de estabelecer se são graves o suficiente para conduzir à cassação de registro ou diploma e à inelegibilidade'.

Em síntese, tenho que, a mais se avançar na pretendida 'delimitação' da liminar, o que se faria, indevidamente, é antecipar a conclusão judicial pela licitude de uma grande (e desconhecida) variabilidade de usos que podem ser feitos de imagens capturadas no dia 7 de setembro de 2022. Isso interditaria o regular processamento do feito, uma vez que a decisão

serviria de suporte para sustentar a legitimidade de atos que se compõem a *causa petendi*.

[...]

Ante o exposto, **determino:**

[...]

b) a intimação do primeiro e do segundo investigado, pelo meio mais célere, que poderá ser o número de Whatsapp e e-mail cadastrados no registro de candidatura bem como o contato fornecido por Ronald Ferreira Serra, para que tomem ciência de que a proibição contida na decisão liminar de 09/09/2022 abrange a utilização de imagens capturadas, por meio público ou particular, durante os eventos oficiais de comemoração do Bicentenário da Independência, atos realizados em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ no dia 07/09/2022, inclusive o percurso do Presidente da República após deixar a tribuna de honra e se locomover por local somente acessível a este em razão da prerrogativa de Chefe de Estado, assinalando-se que essa delimitação não induz a conclusão automática pela licitude de quaisquer outras condutas objeto da controvérsia nos autos.

(Destaques no original)

Percebe-se assim que, desde 10/09/2022, estava vedada a utilização, na propaganda dos candidatos divulgada em qualquer meio, de imagens capturadas durante atos oficiais da comemoração do Bicentenário da Independência, que colocassem o candidato à reeleição em posição de vantagem decorrente do cargo e dos recursos públicos investidos na data cívica. A submissão a referendo, os questionamentos laterais dos destinatários e, ainda, a boa-fé do juízo em se pronunciar sobre minudências do que significaria "eventos oficiais" não fizeram nascer para os investigados direito a não cumprirem a ordem.

Entrementes, os próprios investigados informaram ter feito uma varredura nas postagens da internet, assegurando que cumpriram a decisão de forma até mesmo mais extensa, pois não se teriam limitado a imagens dos eventos oficiais em Brasília e no Rio de Janeiro. Por isso, é incoerente que venham alegar – justo quando demonstrado que a dita varredura se limitou a perfis do Partido Liberal e que postagens explorando a sobreposição entre a campanha e os atos oficiais seguiam compartilhadas – que a decisão não era imperativa ou, pior, que não era inteligível.

Na verdade, os candidatos investigados, em suas petições, acabam por incorrer em **comportamento processual contraditório (venire contra factum proprium)**.

Compare-se.

De início, **disseram que cumpriram a liminar**, de forma até ampliada, **fazendo a remoção de todo o material de propaganda na internet que**

contivesse imagens do 7 de setembro. Nesse momento, formularam indagações relativas a imagens da fase “não oficial” dos eventos. Não mostraram objetivamente qualquer dúvida quanto à necessidade de cessar o uso de imagens dos atos oficiais.

A autora, então, apresentou prints e links, certificados por blockchain, mostrando que remanesciam várias postagens nas redes utilizadas por ambos os candidatos para realizar propaganda na internet. Salientou que as imagens sobre o suposto cumprimento da liminar **mostravam a exclusão de vídeos da página do Partido Liberal, e, não, das redes sociais informadas pelo candidato à Justiça Eleitoral.**

Essa informação foi checada ao se examinar os IDs 158057883, 158057884, 158057885, juntados pela defesa e que, de fato, **não se referem a redes dos candidatos.**

Nesse ponto, a argumentação dos candidatos investigados sofreu uma guinada.

Disseram não ter o ônus de localizar na internet as publicações que fariam uso irregular de imagens, o que colide com a declarada “varredura” feita na internet.

Disseram que não sabiam ainda qual tipo de material deveria ser excluído, pois não receberam ordem para remover conteúdos de URLs específicas, o que contrasta com o fato de que a “petição de saneamento” mencionasse um cumprimento ampliado, para além das imagens dos eventos oficiais, que eram objeto da vedação.

Culminaram por sugerir que ainda não estariam obrigados cumprir a decisão liminar, com base na imaginativa tese de que se teria criado, na sessão de 13/09/2022, condicionantes para que a cessação das imagens dos atos oficiais se tornasse eficaz, o que refoge à técnica processual.

Esse comportamento contraditório não encontra guarida na boa-fé processual e no dever de cooperação.

Em primeiro lugar, era, sim, obrigação dos investigados dar cumprimento à ordem e excluir de suas páginas na internet material de propaganda eleitoral contendo imagens dos eventos oficiais em Brasília e no Rio de Janeiro. Essa medida foi imposta para mitigar os efeitos anti-isonômicos, já então detectados em razão de peças de campanha e trechos da cobertura da TV Brasil em que se detectou indevida mescla entre os papéis de Chefe de Estado e de candidato.

Os investigados estavam cientes disso, e tanto assim que retiraram conteúdos da página do Partido Liberal, deixando outros, similares, em suas páginas, especialmente na do candidato à reeleição. O que denominam “armazenamento tático” por parte da autora é, simplesmente, legítimo direito de aferir o cumprimento da decisão judicial pela contraparte.

Os documentos certificados por blockchain, em data posterior à informação dos investigados de que a liminar havia sido cumprida, mostram como era fácil para qualquer pessoa constatar que as postagens seguiram veiculadas. Além

disso, serviram para alertar que os IDs 158057883, 158057884, 158057885, relativos a páginas do Partido Liberal, tinham potencial de induzir o juízo em erro.

Em segundo lugar, não há ensejo para os investigados suscitarem que a petição inicial falhou ao não especificar as URLs que deveriam ser removidas, o que redundou em decisão que teria contrariado o art. 38, § 4º da Res.-TSE nº 23.610/2019. A norma prevê que “[a] ordem judicial que determinar a remoção de conteúdo divulgado na internet fixará prazo razoável para o cumprimento, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, e deverá conter, sob pena de nulidade, a URL e, caso inexistente esta, a URI ou a URN do conteúdo específico, observados, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.965/2014, **o âmbito e os limites técnicos de cada provedor de aplicação de internet**”.

O dispositivo em comento, a toda evidência, dispõe sobre **ordens de remoção dirigida a terceiros (provedores)**, que logicamente precisam ser orientados a atuar sobre conteúdos hospedados em endereços certos. No caso dos autos, discute-se descumprimento de **decisão liminar dirigida aos próprios usuários, candidatos, autores das postagens**, para que adotassem **pessoalmente** as medidas necessárias para excluir qualquer material que contivesse imagens vedadas e, assim, cumprir a obrigação de não fazer.

Incabível a pretendida equiparação entre a obrigação pessoal imposta ao candidato (que é responsável direto pelos conteúdos postados) e a ordem de remoção dirigida a plataformas (terceiros desinteressados, que apenas executam a exclusão a partir dos endereços informados). Incabível, de igual modo, a tentativa de atribuir nulidade à decisão liminar, com base nessa equiparação.

Em terceiro lugar, os debates havidos na sessão de 13/09/2022 devem ser, naturalmente, compreendidos em seu contexto. A “petição de saneamento” havia sido recém protocolizada, estando pendente seu exame. Em pleno prestígio ao devido processo legal, deixei aberta a possibilidade de trazer a referendo eventual nova decisão.

Isso, porém, mostrou-se desnecessário, pois, como já dito, as questões ventiladas não tinham relação com o objeto da liminar. E, mais importante, em nenhum momento houve pedido ou concessão de efeito suspensivo à decisão – mesmo porque, relembre-se, os investigados declararam ter feito uma varredura na internet para suprimir todo o material que tivesse imagens do 7 de setembro.

Nessa dinâmica, salutar ao diálogo processual, o Min. Alexandre de Moraes, durante a sessão, destacou que simples leitura da decisão liminar permitia entender que o termo “oficial” dizia respeito à natureza **do evento**, e, não, da emissora que captou imagens. Contudo, tanto esse comentário, quanto a fala deste Relator e de Ministro Vogal, foram distorcidas na última manifestação dos investigados. Singelas considerações feitas foram tomadas como suposta evidência de que a decisão teria “complexidade jurídica” e “extensão controvertida” que teriam condicionado sua eficácia ao exame da “petição de saneamento” pelo Colegiado.

Como síntese de todo o apanhado, cumpre dizer que **o nítido inconformismo dos investigados com a decisão liminar não se confunde com**

dúvida a respeito do significado da obrigação que lhes foi imposta.

Fato é que a ordem judicial vigorava, e deveria ter sido cumprida até 12/09/2022. A documentação exibida pela investigante em 17/09/2022 demonstra que isso não ocorreu. Feita a conferência dos 40 links apresentados como evidência do descumprimento, constatei, **em 21/09/2022, que 17 deles ainda estavam ativos** e, assim, determinei às plataformas a ordem de remoção. Os fundamentos então adotados subsistem, e assim os transcrevo (ID 158109606):

"O art. 24 da Res.-TSE 23.609/2019 determina que candidatos e candidatas informem à Justiça Eleitoral os sítios de internet no qual realizarão sua propaganda eleitoral, verbis:

'Art. 24. O formulário RRC deve ser preenchido com as seguintes informações:

[...]

VIII - endereço eletrônico do sítio da candidata ou do candidato, ou de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, caso já existentes.'

Em cumprimento à determinação, os candidatos investigados informaram, em seu registro de candidatura, os seguintes endereços:

<https://gettr.com/user/jairbolsonaro>

<https://facebook.com/jairmessias.bolsonaro>

<https://twitter.com/jairbolsonaro>

<https://familiabolsonaro.blogspot.com/?m=1>

<https://parler.com/JairMBolsonaro>

<https://www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro/>

<https://www.linkedin.com/in/jairmessiasbolsonaro/>

<https://t.me/jairbolsonarobrasil>

<https://www.tiktok.com/@bolsonaromessiasjair> <https://app.bolsonaro.tv/>

<https://flickr.com/photos/fotosbolsonaro>

<https://www.youtube.com/c/jbolsonaro>

<https://s.kw.ai/u/C-PKxgzL>

https://twitter.com/Braganetto_gen?s=20&t=4hMiiJMcthRxkil_Fh3IEw

https://www.instagram.com/Braganetto_gen/

Nota-se, de plano, que **nenhum dos endereços acima listados figura nos documentos juntados pelos candidatos ao informar o cumprimento da liminar, sendo citados, apenas, perfis do Partido Liberal** (IDs 158057883, 158057884 e 1578057885). Isso, por si só, não comprovaria descumprimento da ordem.

Ocorre que **a documentação acostada pela parte autora em 17/09/2022 demonstra, de forma contundente, que foi mantido, nas páginas do investigado Jair Bolsonaro, farto volume de postagens contendo imagens da comemorações do Bicentenário, em franca contrariedade à decisão liminar proferida nos autos** (IDs 158083703 a 158083352). Ressalte-se que a tecnologia blockchain, utilizada para a captura dos prints, confere presunção de autenticidade ao conteúdo, em equivalência a uma ata notarial.

As postagens utilizam diversos momentos da celebração do Bicentenário da Independência.

Há imagens em que o investigado aparece em momentos nos quais inequivocamente exercia função de Chefe de Estado, uma vez que trajava a faixa presidencial. Outro trecho bastante explorado é o percurso por ele realizado em Brasília, já sem a faixa presidencial, caminhando próximo ao público após deixar a tribuna de honra, transitando em local que somente lhe era acessível por sua condição de Chefe de Estado. Em alguns casos, foram sobrepostos aos vídeos textos com dizeres como “com menos impostos, as pessoas comprem mais!” e “Bolsonaro reduziu impostos e aumenta arrecadação!”.

Além disso, foram também usadas imagens dos aviões da Esquadilha da Fumaça, colorindo o céu com as cores da bandeira brasileira, e da queima de fogos à zero hora de 7 de setembro, duas performances custeadas com recursos públicos que foram largamente noticiadas como grandes novidades das celebrações deste ano.

Também aparecem panorâmicas e entrevistas do público presente, em peça de propaganda eleitoral que transmite mensagens que mesclam a celebração nacional a atos de campanha, como “nosso Brasil ‘tá comemorando 200 anos de Independência, e a gente foi pra rua comemorar esse passado, mas também para dizer que Brasil a gente quer para o futuro” e “o presidente lá no palanque, ele representa nosso futuro”, **seguidas de explícito pedido de voto**.

Não há dúvidas de que todas essas imagens estavam alcançadas pela proibição. Não apenas se proferiu decisão liminar, determinando que os investigados deveriam “cessar a veiculação de **todo e qualquer material de propaganda eleitoral, em todos os meios**”, o que, sem margem de dúvida, **abrange seus perfis de propaganda na internet**. Foram também respondidas indagações dos réus a respeito da abrangência da vedação, mostrando-se pertinente reproduzir o teor da decisão de 16/09/2022 (ID 158077211):

[trecho supra transcrito]

Deve-se mencionar que a explicação acima, prestada em prestígio à boa-fé objetiva e ao diálogo processual, **não assinalou novo prazo para**

cumprimento da medida, eis que não se reconheceu, a qualquer tempo, omissão no decisum liminar que obstasse seu cumprimento. Tanto a interpretação sistêmica dos termos em que concedida a tutela inibitória, quanto os debates da Corte na sessão de 13/09/2022, em que referendada a medida por unanimidade, já se mostravam suficientes para o adequado cumprimento da ordem judicial.

Relembro que em 13/09/2022 os investigados informaram que, por cautela, haviam procedido ao “cumprimento expandido e espontâneo da liminar”, o que teria acarretado “vigorosa remoção de conteúdos publicitários privados”. No entanto, **o que se constata, ante a prova apresentada, é que a campanha continuou a fazer uso ostensivo de material cuja exploração para fins eleitorais foi expressamente vedada.**

Diante dos elementos trazidos aos autos, na data de 21/09/2022 **realizei a conferência de todos os links indicados pela autora na petição ID 158083350**, quando constatei que, após a certificação por blockchain, algumas postagens foram removidas. Subsistem, porém, muitas outras, que correspondem ao teor vedado.”

Os ofícios foram expedidos em 22/09/2022. As empresas responsáveis pelas redes sociais apresentaram manifestações, três delas em **23/09/2022**:

- a) o LinkedIn informou que, quando recebeu a notificação, os conteúdos já estavam indisponíveis na plataforma (ID 158120860);
- b) o Facebook informou que nove conteúdos dessa plataforma um do Instagram já estavam indisponíveis, e que **removeu dois conteúdos do serviço Facebook**, adotando as providências necessárias à sua preservação (ID 158121840);
- c) o Twitter relatou que os conteúdos indicados já haviam sido removidos pelo próprio usuário e não estavam mais disponíveis na plataforma (IDs 158121834)
- d) O Kwai, em 11/10/2022, informou que os conteúdos não estavam mais disponíveis (ID 158224491).

Em 24/09/2022, ao se manifestarem, os investigados reconhecem que realizaram exclusões ao terem ciência do teor da decisão com a ordem de remoção dirigida às plataformas (ID 158127908). Ocorre que, a essa altura, **já estava caracterizado o descumprimento da liminar.**

Com efeito, não se trata, conforme disseram, de “espalhamento orgânico, nas redes sociais dos investigados”. **A autora detectou 40 conteúdos em perfis utilizados pelo candidato à reeleição para divulgar sua propaganda eleitoral nas redes sociais.** E os próprios investigados, ao excluir postagens do Partido Liberal, demonstraram como seria simples adotar as providências necessárias para regularizar a divulgação nas páginas informadas à Justiça Eleitoral.

As postagens registram milhares de visualizações cada uma. Cito a título ilustrativo, que uma delas, no Facebook, em que há vídeo do primeiro investigado caminhando com a faixa presidencial próximo à população, feita às 11h48min do dia 07/09/2022, conta com **um milhão e cem mil visualizações**. Essa mesma cena foi usada para peça de propaganda no Youtube com a logomarca "B22", da campanha eleitoral, e dizeres "ele representa o nosso futuro". Ela foi reproduzida pelo segundo investigado, no Twitter, constando da mensagem a frase "o futuro do País já está sendo construindo [sic] no caminho da prosperidade!" seguida de exaltação ao cabeça de chapa.

O ocorrido não é banal, e revela que o primeiro e o segundo investigado consumaram afronta objetiva à decisão judicial, entre 12/09/2022 e 22/09/2022. O fato de que as postagens tenham gradativamente diminuído após serem reveladas pela investigante não exime os candidatos da incidência da multa.

As astreintes haviam sido cominadas em R\$10.000,00. Tendo em vista que se tratava de obrigação de não fazer e que não foi indicado o valor por peça mas, sim, por dia em que se caracterizasse a violação à ordem, não deve ser acolhido o requerimento da investigante de aplicar o valor por dia e por veiculação.

Considerado que houve o descumprimento de ordem pessoal, dirigida individual e nominalmente aos candidatos investigados, o montante atinge R\$100.000,00 (cem mil Reais) para cada um deles, correspondente aos dez dias em que foram mantidas, em seus perfis de campanha nas redes sociais, material de propaganda e promoção da candidatura em que se fez uso de imagens do primeiro representado, captadas durante atos oficiais realizados em comemoração ao Bicentenário da Independência.

Não obstante, para a fixação definitiva do valor, entendo, no caso, que é adequado ajustar o valor acumulado "a patamar condizente com a finalidade da medida no caso concreto" (STJ, Órgão Especial, EAREsp nº 650.536, Rel. Min. Raul Araújo, DJE de 03/08/2021). Na hipótese, embora as alegações que a defesa suscitou para justificar o descumprimento da liminar sejam inteiramente insubsistentes, levo em consideração a conveniência, **para o interesse público**, de sepultar a pretensa celeuma.

Para tanto, reduzo o valor da multa em 50%, fixando-o em R\$50.000,00 por candidato investigado. O montante corresponde a 5 dias de incidência da penalidade, justamente o período transcorrido entre a petição da investigante informando o descumprimento (17/09/2022) e o cumprimento da ordem judicial de remoção das postagens remanescentes, pelas plataformas (22/09/2022).

Rememore-se que, a tal altura, já se tinha o referendo unânime da liminar (13/09/2022) e nova decisão que tratou da "petição de saneamento" (16/09/2022), o que suplanta qualquer digressão dos investigados a respeito de dúvidas sobre como proceder.

Saliento que o parâmetro adotado para a ponderação, à luz das circunstâncias e sobretudo do interesse público, não induz a formação de precedente no sentido de que decisões liminares somente se tornam

cogentes após referendo em plenário ou depois de sanadas dúvidas interpretativas formuladas face a comandos diretos. É dizer: sob a ótica jurídica, o descumprimento foi demonstrado de modo objetivo desde 12/09/2022, e a multa poderia ter sido aplicada no patamar de R\$100.000,00.

Os candidatos investigados, além de descumprirem o conteúdo principal da ordem, declararam, em juízo, que teriam realizado varredura na internet e excluído não apenas o material abarcado pela proibição como outros, preventivamente. Fizeram tal alegação cientes de que a suposta prova apresentada consistia em filmagem de conteúdos removidos das páginas do Partido Liberal. O estratagema agrava a conduta, sendo que, inclusive, poderia ter induzido o juízo em erro.

Está, assim, caracterizada a violação aos deveres de expor os fatos em juízo conforme a verdade e de cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, bem como litigância de má-fé (arts. 77, I e IV; e 80, II e V, CPC). Deve, também, ser aplicada multa a esse título, que arbitro em R10.000,00, impondo a cada candidato investigado o pagamento de R\$5.000,00, observada a proporção de seu respectivo interesse na causa (art. 81, §§ 1º e 2º, CPC).

6. Conclusão

Ante todo o exposto:

- a) homologo a desistência parcial da ação e extingo parcialmente o processo sem resolução do mérito, em relação a Késia Nascimento Ferreira (arts. 200, parágrafo único, e 485, VIII, do CPC);
- b) declaro concluída a fase citatória, fixando o termo inicial do prazo de contestação de Marcos Koury Barreto na data da publicação desta decisão, sem necessidade de nova intimação pessoal (art. 346, CPC);
- c) reconheço a conexão entre a AIJE nº 0600986-27, a AIJE nº 0600972-43, a AIJE nº 0601002-78 e a RepEsp nº 0600984-57, feitos em trâmite sob minha Relatoria, consignando a possibilidade de realização de atos processuais conjuntos e de compartilhamento de provas, a serem examinados pontualmente com respeito à racionalidade processual, sem prejuízo ao impulso autônomo de cada ação conforme suas particularidades;
- d) rejeito a preliminar de exigência de formação de litisconsórcio passivo necessário com a União;
- e) rejeito a preliminar de exigência de formação de litisconsórcio passivo necessário com responsáveis por movimentos cívicos de apoio aos investigados;
- f) atribuo ao primeiro e ao segundo investigados, com fundamento no art. 373, § 1º do CPC, o ônus de comprovar, por meio de documentação

idônea, a origem dos recursos utilizados para o custeio dos atos de campanha realizados em Brasília e no Rio de Janeiro em 07/09/2022, inclusive a montagem da estrutura utilizada para os comícios e o ressarcimento, pelo partido político, dos custos de deslocamento para o Rio de Janeiro na data (art. 76, Lei nº 9.504/1997), oportunidade na qual poderão se pronunciar sobre a nota fiscal, no valor de R\$34.720,00, juntada por Silas Malafaia e declarada como relativa ao custeio do trio elétrico utilizado pelo primeiro investigado para realizar comício na praia de Copacabana (ID 158123721);

g) determino à Secretaria que expeça ofícios:

g.1) ao Governador do Distrito Federal, a fim de que forneça, **no prazo de 5 dias**, as seguintes informações e documentos relativos a fatos ocorridos em Brasília/DF, em 07/09/2022:

i) cópia dos atos administrativos que cuidaram da segurança na área da Esplanada dos Ministérios;

ii) cópia do ato que autorizou o ingresso do trio elétrico utilizado pela campanha de Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto na área demarcada;

iii) informação a respeito da distância entre os locais onde foi instalada a tribuna de honra das comemorações do Bicentenário e onde se concentrou o ato eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, acompanhada de demonstração gráfica, consistente em mapa ou esboço que permita visualizar onde os eventos ocorreram; e

iv) dados da Secretaria de Segurança Pública relativos a manifestações organizadas por movimentos cívicos, informando nome, qualificação e contato dos responsáveis;

g.2) ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, a fim de que forneça, **no prazo de 5 dias**, as seguintes informações e documentos relativos a fatos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em 07/09/2022:

i) informações sobre o apoio material e organizacional conferido aos atos cívico-militares;

ii) esclarecimento sobre as tratativas para a escolha do bairro de Copacabana para os atos lá realizados, informando-se, inclusive, se essa definição foi motivada por pedido formal ou informal oriundo da Presidência da República, e se confirmam a notícia, que pode ser acessada no link <https://www.youtube.com/watch?v=j1LTesUXDLs>, de que o desfile cívico-militar não foi deslocado para o local em função de condições desfavoráveis ao trânsito de blindados;

iii) informação a respeito da distância entre o Forte de Copacabana e o ponto em que se concentrou o ato eleitoral de

Jair Messias Bolsonaro na cidade do Rio de Janeiro, acompanhada de demonstração gráfica, consistente em mapa ou esboço que permita visualizar onde os eventos ocorreram; e

iv) dados da Secretaria de Segurança Pública relativos a manifestações organizadas por movimentos cívicos, informando nome, qualificação e contato dos responsáveis;

g.3) ao Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a fim de que forneça, **no prazo de 5 dias**, as seguintes informações e documentos relativos a fatos ocorridos naquela capital, em 07/09/2022:

i) informações sobre o apoio material e organizacional conferido aos atos cívico-militares;

ii) esclarecimento sobre as tratativas para a escolha do bairro de Copacabana para os atos lá realizados, informando-se, inclusive, se essa definição foi motivada por pedido formal ou informal oriundo da Presidência da República, e se confirmam a notícia, que pode ser acessada no link <https://www.youtube.com/watch?v=j1LTeSUxDLs>, de que o desfile cívico-militar não foi deslocado para o local em função de condições desfavoráveis ao trânsito de blindados;

iii) informação a respeito da distância entre o Forte de Copacabana e o ponto em que se concentrou o ato eleitoral de Jair Messias Bolsonaro na cidade do Rio de Janeiro, acompanhada de demonstração gráfica, consistente em mapa ou esboço que permita visualizar onde os eventos ocorreram; e

iv) dados da Secretaria de Segurança Pública relativos a manifestações organizadas por movimentos cívicos, informando nome, qualificação e contato dos responsáveis;

g.4) ao Ministro das Comunicações, a fim de que forneça, **no prazo de 5 dias**, as seguintes informações e documentos a respeito da comemoração do Bicentenário da Independência, realizada no dia 07/09/2022 em Brasília/DF:

i) cópias do procedimento administrativo relativo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2022 e ao Extrato de Contrato nº 63/2022, por força do qual foi contratada a empresa WFC-Goiás Serviços e Prestações EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.352.922/0001-87;

ii) ofícios dirigidos aos demais Ministérios e órgãos públicos Federais relativos à disponibilização de convites para participação de servidores públicos e familiares nas comemorações, e demais documentos que digam respeito a esse fato; e

iii) cópias de procedimentos administrativos e documentos de comunicação interna referentes às tratativas para a preparação e realização do evento;

g.5) ao Ministro da Defesa, a fim de que forneça, **no prazo de 5 dias**, documentos que esclareçam:

i) os valores gastos para a realização dos desfiles cívico-militares nos anos de 2022, 2021, 2020 e 2019, em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ, discriminados por rubrica e fornecedor; e

ii) as tratativas com a coordenação nacional do "Movimento Brasil Verde e Amarelo", representado por Júlio Augusto Gomes Nunes, para a inclusão de tratores no desfile cívico-militar em Brasília/DF na comemoração do Bicentenário da Independência, em 07/09/2022;

g.6) aos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para que forneçam, **no prazo de 5 dias**, informações e documentos relativos ao cerimonial e formalidades envolvidos na comemoração do Bicentenário da Independência, realizada no dia 07/09/2022 em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ;

g.7) ao Advogado-Geral da União, para que forneça, **no prazo de 5 dias**, informações e documentos acaso produzidos por ocasião dos preparativos da celebração do Bicentenário da Independência, em 07/09/2022, com vistas a orientar o então Presidente da República, candidato à reeleição, bem como outras autoridades ou órgãos federais, a respeito de medidas necessárias para assegurar a observância da legislação eleitoral, considerando-se o contexto do pleito presidencial de 2022;

g.8) à TV Brasil, para que forneça, **no prazo de 5 dias**, arquivo digital contendo a íntegra do vídeo originariamente publicado no link <https://www.youtube.com/watch?v=k4VOL4rXiv0>, cuja conservação foi imposta até o final do julgamento das ações pertinentes;

h) designo o seguinte calendário de audiências, comum para as ações nas quais as testemunhas abaixo deverão ser ouvidas, a se realizarem na Sala de Audiências da Corregedoria-Geral Eleitoral (Sala V-713/715/717, recepção na Sala V-710, 7º andar do Tribunal Superior Eleitoral, situado no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF - CEP 70095-901):

h.1) **dia 21/08/2023, às 9h30**: oitiva do Governador Ibaneis Rocha Barros Júnior;

h.2) **dia 22/08/2023, às 9h30**: oitiva do Governador Cláudio Costa;

h.3) **dia 23/08/2023, às 9h30**: oitiva do Senador Ciro Nogueira Lima Filho;

h.4) **dia 28/08/2023, às 9h30**: reservada para a oitiva das testemunhas Paulo Sérgio Nogueira de Carvalho, João Henrique Nascimento de Freitas e Eduardo Maragna Guimarães Lessa, a se realizar desde que os investigados adotem as providências necessárias para viabilizar a oitiva;

h.5) **dia 29/08/2023, às 9h30**: reservada para a oitiva das testemunhas Dom Marcony Vinícius Ferreira, Flávio Botelho Peregrino e Luiz Claudio Macedo Santos, a se realizar desde que os investigados adotem as providências necessárias para viabilizar a oitiva;

h.6) **dia 30/08/2023, às 9h30**: oitiva de Daniel Lúcio da Silveira;

i) declaro o **descumprimento de ordem direta e pessoal, contida na decisão liminar de 10/09/2022, por Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto**, e, efetuado juízo de ponderação, **aplico individualmente a cada candidato investigado multa no valor de R\$50.000,00**;

j) aplico aos investigados Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto **multa por litigância de má-fé, no montante de R\$10.000,00, fixada proporcionalmente para cada investigado em R\$5.000,00** (arts. 77, I e IV; 80, II e V; 81, §§ 1º e 2º, CPC)

k) determino à Secretaria Judiciária que traslade, para os presentes autos, cópia dos documentos IDs 158041647, 158041648, 158041649 e 158041650, juntados aos autos da RepEsp nº 0600984-57; e IDs 158123721 e 158252975, juntados aos autos da AIJE nº 0601002-78;

l) determino ainda à Secretaria Judiciária que:

l.1) oficie os Governadores Ibaneis Rocha Barros Júnior e Cláudio Costa e o Senador Ciro Nogueira Lima Filho, para que prestem depoimento nas datas acima informadas, presencialmente ou por sistema de videoconferência, assegurado prazo de **três dias** às autoridades para, em caso de impossibilidade de serem ouvidas presencial ou virtualmente na data e horário designados, indicarem data e horário adequados, **devendo a indicação recair em horário regular de expediente do TSE, em dias úteis, observada como data-limite aquela que havia sido previamente designada para sua oitiva**; e

l.2) oficie o Diretor do Presídio Pedrolino Werling de Oliveira (Bangu 8), para que adote as providências para viabilizar a oitiva da testemunha Daniel Lúcio da Silveira, que se encontra preso naquela unidade, esclarecendo-se que o depoimento deverá ser prestado por meio de videoconferência, no local em que este se encontra cumprindo pena e sob responsabilidade da autoridade policial encarregada da custódia, facultado o acompanhamento por advogado;

l.3) **intime as partes**, para que tenham ciência do teor da decisão, em especial da data designada para a audiência;

l.4) **intime o primeiro e o segundo investigados para, no prazo de cinco dias:**

i) **apresentarem documentação idônea que demonstre a origem dos recursos utilizados para o custeio dos atos de campanha realizados em Brasília e no Rio de Janeiro em 07/09/2022, inclusive a montagem da estrutura utilizada para os comícios e, sendo o caso, o ressarcimento, pelo partido político, dos custos de deslocamento para o Rio de Janeiro na data (art. 76, Lei nº 9.504/1997);**

ii) **manifestarem-se, caso entendam necessário, sobre a nota fiscal, no valor de R\$34.720,00, juntada por Silas Malafaia na AIJE nº 0601002-78 e declarada como relativa ao custeio do trio elétrico utilizado pelo primeiro investigado para realizar comício na praia de Copacabana (ID 158123721); e**

iii) **informarem, sob pena de presumir-se a desistência da prova, se a situação funcional das testemunhas Paulo Sérgio Nogueira de Carvalho, João Henrique Nascimento de Freitas, Eduardo Maragna Guimarães Lessa, Flávio Botelho Peregrino, Luiz Claudio Macedo Santos e Dom Marcony Vinícius Ferreira se amolda ao previsto no art. 455, § 4º, III, CPC e, sendo este o caso, forneçam, no mesmo prazo, os dados indispensáveis para a requisição à chefia ou comando a que estejam vinculadas; e**

l.5) **intime a Procuradoria-Geral Eleitoral**, para que tenha ciência do teor da decisão e da designação da audiência, **assegurando-lhe, à luz da controvérsia posta nos autos, requerer, no prazo de três dias, provas e diligências complementares, a serem oportunamente avaliadas.**

Solicito à Secretaria Judiciária, ao confeccionar os ofícios indicados nos itens "l.1" e "l.2" supra, **que faça incluir e-mail de contato da unidade para o qual as respostas devem ser remetidas**, bem como que mantenha nos autos o registro das respectivas comunicações, por meio de juntada ou certificação.

Esclareço que as providências comuns à AIJEs nº 0600986-27, 060972-43 e 06001002-78 e na RepEsp 0600984-57 deverão constar de uma comunicação única para cada destinatário, devendo a Secretaria Judiciária, ao receber as respostas, diligenciar pela juntada aos autos de todas as ações cabíveis, mesmo que não expressamente referidas pelos órgãos e autoridades a que se dirigirem.

Saliento, por fim, que tendo em vista a patente rejeição das preliminares suscitadas pelos investigados, já havendo a Corte, inclusive, se pronunciado por duas

vezes na AIJE nº 0600814-85 quanto à inexistência de litisconsórcio necessário nos moldes alegados, deixo de submeter a questão de imediato ao Plenário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de julho de 2023.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral